



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e
Desenvolvimento Local - POSMEX

Gildo Ribeiro de Santana

Agricultura familiar e participação política no desenvolvimento local

Recife, 2013

Gildo Ribeiro de Santana

Agricultura familiar e participação política no desenvolvimento local.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), como requisito à obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, sob a orientação da Professora Doutora Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida.

Recife, 2013

Gildo Ribeiro de Santana

Agricultura familiar e participação política no desenvolvimento local.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), como requisito à obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, sob a orientação da Professora Doutora Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida.

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida – UFRPE
(Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Irenilda de Souza Lima – UFRPE
(Examinadora interna)

Prof^a. Dr^a. Maria Salett Tauk Santos – UFRPE
(Examinadora interna)

Prof^a. Dr^a. Laura Susana Duque Arrazola – UFRPE
(Examinadora externa)

Recife, 05 de março de 2013.

Fatores que destroem os seres humanos:

*“A política, sem princípios;
o prazer, sem compromisso;
a riqueza, sem trabalho;
a sabedoria, sem caráter;
os negócios, sem moral;
a ciência, sem humanidade;
a oração, sem caridade”.*

Mahatma Gandhi

*Abre a tua boca a favor do mudo,
pela causa de todos que são designados à destruição.
Abre a tua boca; julga retamente;
e faze justiça aos pobres e aos necessitados.*

Provérbios 31:8-9

Dedico a:

Ana Claudia Lima e aos nossos filhos, Arthur Ribeiro e Gustavo Ribeiro

Ofereço a:

Minha mãe, Aurinete Ribeiro

A G R A D E C I M E N T O

Sou grato a Deus, por sua fidelidade e benevolência sobre minha vida, concedendo-me sabedoria, graça e esperança nesse momento único no qual estamos concluindo. “Foi o SENHOR que fez isto, e é coisa maravilhosa aos nossos olhos” (Salmos 118:23).

Ao Doutor Júlio Zoé de Brito, pela sensibilidade humana e justa deliberação, permitindo-me progredir em mais uma conquista. Dr. Júlio, asseguro minha permanente gratidão.

A orientação cuidadosa não apenas na realização desta pesquisa, mas em todo o processo de construção de mais um capítulo da minha vida, que me proporcionou crescimento intelectual e pessoal, me ensinou a ser mais persistente e disciplinado. Obrigado, professora Doutora Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida.

A todos aqueles que contribuíram com suas entrevistas, permitindo o aprofundamento necessário nos temas estudados. De forma especial, externo minha gratidão aos agricultores familiares e a todos os que participam do Conselho de Desenvolvimento Rural de Município de Araçoiaba.

À minha querida esposa, Ana Claudia Lima, que tão intensamente viveu este sonho comigo, o mestrado. Obrigada por me mostrar que era possível realizar essa conquista nos momentos de dificuldades, tristezas e incertezas. Obrigado pela paciência, compreensão, estímulo e companheirismo.

Aos meus filhos, Arthur Ribeiro e Gustavo Ribeiro, pela compreensão e paciência nos momentos de ausência necessários nesses dois anos de intenso e constante apego aos livros, quase não sobrando tempo para brincar.

A todos os meus familiares e amigos que torcem por mim, em especial à minha mãe, Sr^a Aurinete Ribeiro, que sempre intercede a Deus por mim.

A todos os colegas da turma de 2011, aos professores e funcionários que compõem o Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX) e demais servidor da UFRPE, em especial a Bruno Andrade, pelo irmão que é.

Por fim, agradeço ao órgão a qual sou vinculado, o Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA), pela oportunidade e pela licença que me concederam, sem a qual não seria possível realizar mais essa formação.

RESUMO

Esta pesquisa aborda estudo sobre a democracia participativa direta e o desenvolvimento local no ambiente dos movimentos sociais, com destaque para os agricultores e agricultoras familiares que integram o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). Nosso interesse em pesquisar a participação do agricultor e agricultora familiares se volta para compreender se a democracia participativa direta vivenciada no CMDRS coopera para o desenvolvimento local. O município de Araçoiaba, pertencente à mesorregião Metropolitana do Recife, sediará nosso *lócus* da pesquisa. O referencial teórico permeia as seguintes categorias: agricultura familiar, participação política e desenvolvimento local. Quanto aos teóricos que deram suporte ao trabalho, no estudo da agricultura familiar, foram relevantes as leituras de Abramovay (1997; 2000; 2009), Campanhola e Silva, (2000), Navarro (2010), Schneider (2003; 2009), Silva (1998; 2002) e Veiga (2003). No que diz respeito a estudos sobre participação política, utilizamos Bourdieu (1989; 2010), Buarque (2003), Demo (1999), Gadotti (2000), Gohn (1997; 2010; 2011), Rattner (2000), Sousa Santos (2002; 2005; 2007), Sawaia (2009) e Xiberras (1996). Acerca do desenvolvimento local, baseamo-nos em Cavalcanti (1994), Franco (2000), Jesus (2003; 2007), Lima (2005), Milanez (2003), Silveira e Reis (2000), Veiga (2008), Tauk Santos e Callou (2006) e Zapata (2000). A orientação metodológica parte de pesquisa qualitativa e visa a analisar e interpretar o fenômeno a que essa pesquisa intenciona. Para tanto, utilizamos o método indutivo, que considera o processo como foco principal. Para a condução da investigação, utilizamos pesquisa e análise documental. No que se refere aos dados empíricos, guiaram-nos a observação direta e a entrevista semiestruturada com os agricultores e agricultoras familiares representados pelo CDMAR. Por fim, para analisar os achados da pesquisa, utilizamos a Análise do Discurso (AD), à luz da linha francesa, que privilegia os sentidos e ressignificados construídos pelos interlocutores (ORLANDI, 1999). As narrativas analisadas privilegiam a compreensão dos sentidos que foram produzidos através dos discursos dos entrevistados. Nesse sentido, os relatos apontam para conclusões relevantes sobre a participação política exercida no cotidiano do CDMAR pelos agricultores e agricultoras familiares, sendo também evidenciado que a ATER oficial contribui, de forma expressiva, nesses processos que apontam para o desenvolvimento local. Apesar da constatação da baixa mobilização, somada à significativa evasão nos fóruns promovidos pelo conselho, percebemos que a participação ali praticada possibilita mudanças e proporciona empoderamento, criando condições para o alargamento da participação cidadã. Logo, os processos participativos comuns, no cotidiano do CDMAR, contribuem para o desenvolvimento local de Araçoiaba.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Participação política, Desenvolvimento local.

ABSTRACT

This research study focuses on participatory democracy and local development in the direct environment of social movements, particularly the family farmers that make up the City Council for Sustainable Rural Development (CMDRS). Our interest in researching the participation of farmer and farmer family turns to understand the direct participatory democracy in CMDRS lived together for local development. The municipality of Araçoiaba belonging to mesoregion Metropolitan Recife, will host locus of our research. The theoretical permeates the following categories: family farming, political participation and local development. As for the theorists who have supported the work, the study of family farming, were relevant readings Abramovay (1997, 2000, 2009), and Campanhola Silva (2000), Navarro (2010), Schneider (2003, 2009), Silva (1998, 2002) and Veiga (2003). Regarding the studies on political participation, we use Bourdieu (1989, 2010), Buarque (2003), Demo (1999), Gadotti (2000), Gohn (1997, 2010, 2011), Rattner (2000), Sousa Santos (2002, 2005, 2007), Sawaia (2009) and Xiberras (1996). About the local development, we have relied on Cavalcanti (1994), Franco (2000), Jesus (2003, 2007), Lima (2005), Milanez (2003), and Silveira Reis (2000), Veiga (2008), Santos Tauk and Callou (2006) and Zapata (2000). The methodological orientation part of qualitative research seeks to analyze and interpret the phenomenon that this research intends. We used the inductive method, which considers the process as the main focus. To conduct the research, use research and documentary analysis. With regard to empirical evidence, guided us direct observation and semi-structured interviews with farmers and family farmers represented by CDMAR. Finally, to analyze the findings of the research, we use the Discourse Analysis (DA), in light of the French line, which privileges the senses and resignified constructed by the interlocutors (ORLANDI, 1999). The narratives analyzed emphasize understanding the meanings that were produced through the interviews. Accordingly, the reported link to relevant conclusions about political participation in daily CDMAR exerted by family farmers, is also evident that the official ATER contributes significantly, those processes that link to local development. Despite the finding of low mobilization, coupled with the significant drop in the forums promoted by the council realize that participation practiced here enables changes and provides empowerment, creating conditions for the expansion of citizen participation. Thus, participatory processes common in daily CDMAR contribute to the local development of Araçoiaba.

Key – words: Agriculture familiar. Political participation. Local development.

LISTA DE SIGLAS

AD	Análise de Discurso
AF	Agricultura Familiar
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CDMAR	Conselho de Desenvolvimento Rural do Municipal de Araçoiaba
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CGU	Controladoria Geral da União
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CTU	Central Única dos Trabalhadores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPA	Instituto Agronômico de Pernambuco
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MST	Movimento dos Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRORURAL	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável de Pernambuco
RMR	Região Metropolitana do Recife
SARA	Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOGRAFIAS

- Figura 1** Mapa de Pernambuco com destaque para a Mesorregião Metropolitana do Recife | **28**
- Figura 2** Mapa da Região Metropolitana do Recife | **30**
- Figuras 3 e 4** Reunião ordinária do CDMAR. Local: sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) | **107**
- Figuras 5 e 6** Vila Itapipiré e a sede da associação do moradores. | **107**
- Figuras 7 e 8** Engenho Vinagre – sede da Associação dos Produtores de Urucum e Outras Culturas de Araçoiaba - APUOCA | **107**
- Figuras 9 e 10** Centro urbano e a proximidade do cultivo da monocultura da cana-de-açúcar | **108**
- Figuras 10 e 11** Vila Canaã, destino dos três primeiros projetos após implantação do CDMAR | **108**
- Figuras 12 e 13** Cooperativa - Agroindústria de Doce (desativada), localizada na Vila Canaã. Local de origem do Movimento Social que reivindicou a implantação do CDMAR em Araçoiaba | **108**
- Figura 14** Monocultura da cana-de-açúcar X Reserva de restinga de mata-atlântica | **109**
- Figura 15** Colheita da cana-de-açúcar em Araçoiaba | **109**
- Figura 16** Fachada da Usina São José, principal responsável pelo cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar em Araçoiaba | **109**

GRÁFICOS

- Gráfico 1** Índice de Desenvolvimento Humano e Municipal (IDH-M) entre os municípios da Região Metropolitana do Recife | **31**
- Gráfico 2** Renda Per Capita entre os municípios da Região Metropolitana do Recife | **32**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 16

CAPÍTULO 1 – Percurso investigativo | 26

- 1.1 Objetivos | **26**
- 1.2 Lócus da pesquisa | **27**
- 1.3 Sujeitos da pesquisa | **32**
- 1.4 Instrumento de coleta dos dados | **33**
- 1.5 Instrumento de análise dos dados | **35**

CAPÍTULO 2 – Participação política, agricultura familiar e desenvolvimento local |37

- 2.1 Participação política | **37**
- 2.2 Agricultura familiar: trajetória e construção do conceito | **43**
- 2.3 Desenvolvimento local: Percurso histórico e influências na Agricultura familiar | **51**

CAPÍTULO 3 – Conselhos gestores populares | 61

- 3.1 Conselhos gestores | **61**
- 3.2 A origem dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) | **66**
- 3.3 Surgimento histórico do Conselho de Desenvolvimento Rural do Município de Araçoiaba (CDMAR) | **70**

CAPÍTULO 4 – Os sentidos da representação do CDMAR com a participação do agricultor e agricultora familiares (AD). | 74

- 4.1 Atual situação da agricultura familiar em Araçoiaba | **74**
- 4.2 O significado do CDMAR para a agricultura familiar | **75**

- 4.3 Benefícios proporcionados pelo CDMAR à ação popular | **77**
- 4.4 Desenvolvimento local para o agricultor e agricultora familiares de Araçoiaba | **79**
- 4.5 Aspectos que interferem no funcionamento do CDMAR | **81**
- 4.6 Impressões sobre o sentido do CDMAR para Desenv. | **84**
- 4.7 Impressões sobre a participação no cotidiano do CDMAR | **85**

CONCLUSÃO – | 87

REFERÊNCIAS – | 93

APÊNDICE – | 103

ANEXOS – | 107

INTRODUÇÃO

Este estudo insere-se no tema da democracia participativa direta e do desenvolvimento local, sob a perspectiva da ação política desempenhada pelos agricultores e agricultoras familiares no Conselho de Desenvolvimento Rural do Município de Araçoiaba (CDMAR), pertencente à mesorregião Metropolitana do Recife, em Pernambuco.

A partir desse ponto de partida, nossa questão de pesquisa se volta para entender o processo de participação política dos agricultores e agricultoras familiares no cotidiano dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS)¹, observando as influências e o alcance dessa participação nas discussões, formulações, encaminhamentos e controle das políticas públicas para o desenvolvimento local da zona rural do município de Araçoiaba. As categorias construídas, que subsidiaram a análise de nosso objeto de estudo, foram: agricultura familiar, desenvolvimento local e participação política.

Nosso objetivo geral se baseia na intenção de analisar a participação política exercida pelo agricultor ou agricultora familiar no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável a partir das discussões e acompanhamento de políticas públicas para o desenvolvimento local. Para subsidiar a análise principal, desdobramo-nos nos seguintes objetivos específicos: a) Analisar a participação do agricultor e agricultora familiares vivenciada no cotidiano do CMDRS; b) Averiguar como se desenvolvem o poder decisório e o exercício do controle social sobre as políticas públicas no conselho; c) Mapear, a partir do ponto de vista do agricultor e da agricultora familiares, as políticas públicas que mais impactam no desenvolvimento local.

A globalização continua despertando estudos e reflexões que buscam a compreensão sobre alguns fenômenos sociais. O fenômeno é, para alguns, responsável pelo atraso e as conseqüentes mazelas sociais em escala global de fácil identificação, desde as zonas rurais até as áreas urbanas; e, para outros, a globalização é canalizadora de desenvolvimento. Sobre a perspectiva do

¹ Para aprofundamento, verificar embasamento legal para criação do CMDRS, no título IV do capítulo IV do decreto Lei nº 3.508, de 14 de junho de 2000, que dispõe sobre os Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Desenvolvimento Sustentável (BRASIL/LEI, 2000).

desenvolvimento local, passaremos a contextualizá-lo dentre as relações norteadas pelo marco conceitual da globalização. O desenvolvimento local movimenta-se nas relações globalizadas, criando melhores condições para se viver com mais qualidade, a princípio, no local e conseqüentemente ampliando ao global.

Sousa Santos (2002; 2005) estuda minuciosamente muitas das questões relacionadas aos efeitos da globalização e indica que o avanço da mesma gerou profundas mudanças em vários sentidos. Esse autor observa o fenômeno sob a perspectiva dualista de que: a globalização é considerada, para alguns, como “o grande triunfo de racionalidade, da inovação [...] e abundância infinita, para outros, ela é anátema [...] transportando a miséria, a marginalização e a exclusão para grande maioria da população mundial” (Idem, 2005, p.53). A partir dos estudos acima citados, indica-se um possível proporcionador da crescente situação de exclusão social para grande parte da sociedade, sobretudo aos que residem no meio rural, com ênfase para os agricultores e agricultoras familiares.

Verificamos, em Sousa Santos (Idem), que, em resposta à situação de exclusão socioeconômica, a sociedade civil passa a se organizar e persegue a ampliação da cidadania, privilegiando a participação política no âmbito local, avançando do aporte conceitual e prático da democracia representativa para a participativa direta. Isso resultou na ampliação das possibilidades de acesso aos direitos individuais pelas vias das práticas sociais. Para Abromovay (2001), o percurso realizado para se chegar ao modelo hoje observado nos conselhos de gestão participativa, que, partilhando em seu cotidiano demandas e encaminhamentos, foi, sem dúvida, o fortalecimento da sociedade civil enquanto esfera autônoma de manifestação ativa sobre aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos e econômicos que permeiam a sociedade. Nesse mesmo sentido, Bobbio (1998) indica que a sociedade civil torna-se instância de poder autônomo paralela ao Estado. Para esse autor, a sociedade civil é “a esfera das relações entre indivíduos, entre grupos, entre classes sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais” (Idem, p.1273).

Sobre a realidade existente de vulnerabilidade e exclusão socioeconômica entre os que vivem no meio rural, Pires (2005) indica que a ocorrência permanente e crescente de pobreza no campo é fruto de antigos e graves problemas, como: tímida reforma agrária, modernização discreta pela baixa adoção de novas tecnologias,

precárias condições de trabalho e o êxodo rural. Reflexão acima confirmada pela autora, a partir de conclusões da pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que ressalta o crescimento da exclusão social e a pobreza no meio rural. Conforme, a seguir, expõe a autora:

Pesquisa recente da ONU indica que 75% dos pobres do mundo, que vivem com menos de US\$ 1,00 por dia, residem em zonas rurais e alerta que o combate à pobreza precisa, necessariamente, de políticas voltadas aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, como forma de assegurar-lhes uma distribuição mais ampla dos benefícios gerados pelo desenvolvimento. O mesmo relatório indica a urgência de efetuar a reforma agrária para oportunizar o acesso à terra a todos os trabalhadores rurais (Idem, p. 51).

Véras (1999, p.27) destaca que a temática da exclusão social não é novidade, aqui no Brasil, e indica que, desde os tempos do “Brasil do império, ao das repúblicas – velha, nova e contemporânea – e agravado duramente a ditadura militar, processos sociais excludentes estão presentes em nossa história”. A conceituação de exclusão social ganhou mais notoriedade no final do século passado, sendo observado a partir da multifuncionalidade nos diversos dispositivos hegemônicos que dificultam o acesso social, impedindo que os cidadãos participassem de forma coletiva e ativamente. A exclusão social, pelas vias da discriminação, desigualdade, injustiça e exploração social, suscita a pobreza e a marginalidade. Nesse sentido, Sawaia (1999, p.8) menciona que “a dialética inclusão/exclusão gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado”. O autor também destaca que “a sociedade exclui para incluir, e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão”. A seguir, Sawaia (Idem) define exclusão.

A exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema (Idem, p.9)

Xiberras (1996, p.33) percebe a exclusão não apenas no aspecto aparente, que se materializa através de “atitudes e comportamentos de evitamento, de desconfiança, de rejeição ou de ódio”. Para essa autora, a exclusão admite outra

“forma mais dissimulada de uma ruptura do laço simbólico: isto é, do vínculo de adesão que liga os atores sociais a valores, [...] uma ruptura que procede por quebra de sentidos”, e proporciona o isolamento e a conseqüente ruptura gradual dos vínculos sociais.

No ambiente de exclusão socioeconômica, existente no meio rural, há movimentos sociais que perseguem a superação dessa situação de exclusão e sobre esse fenômeno. Gonh (1997; 2010; 2011) analisa o desempenho dos movimentos sociais, no final do século XX, no contexto da democracia participativa. Para a autora, na conjuntura política sob a prevalência ideológica da globalização, tratada nos parágrafos anteriores, ocorreram processos protagonizados pela sociedade civil, que se opôs aos ditames da globalização econômica, ao tempo que proporcionou movimentos de resistência e denúncia antiglobalização, sobretudo contra a exclusão socioeconômica.

Os movimentos sociais ganharam mais desenvoltura com a distensão política vivenciada no Brasil. Esse processo de distensão teve início em 1974 e concluiu seu ciclo em 1988, com a promulgação da atual constituição. À época, os movimentos sociais se opuseram às elites tradicionais, que historicamente relegaram as necessidades da grande maioria da sociedade. Essas práticas sociais aglutinavam a sociedade civil e a levaram a se organizar em diversos movimentos sociais, conselhos populares, entre outros grupos, quase sempre com ideais comuns. A organização observada por esse segmento proporcionou avanços e notoriedade sobre a emergência da complexidade das demandas sociais, ambientais e econômicas, passando a reivindicar a ação do Estado através das políticas públicas (REIS e LEAL, 2008). Nesse sentido, para esses autores, os movimentos sociais organizados passam a imprimir os ideais da cidadania na pauta dos debates, assim como perseguiram um modelo de desenvolvimento que priorizasse a comunidade local. Sobre participação que resulta em empoderamento da comunidade, Gonh (2011) destaca que:

O poder local foi redefinido como sinônimo de força social organizada como forma de participação da população, na direção do que tem sido denominado empowerment ou empoderamento da comunidade, isto é, a capacidade de gerar processos de desenvolvimento autossustentável [...]. Esse processo ocorre, predominantemente, nas novas redes societárias (Idem, p.38).

O desenvolvimento local se reafirma no momento em que os modelos tradicionais de desenvolvimento não atendem às necessidades essenciais, denunciados fortemente pelos movimentos sociais. O desenvolvimento local tem como meta criar condições para melhorar a qualidade de vida da localidade, ampliando a gestão compartilhada entre Estado, mercado e sociedade, bem como fortalecendo os capitais: humano, social e natural do local. Nesse paradigma de desenvolvimento que prioriza o local, os recursos naturais e culturais são percebidos como ativos permanentes para o desenvolvimento. Sobre desenvolvimento local, Jesus (2003) define que:

é entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições [...]. Assim, se trata de um esforço localizado e concertado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs [...], sobretudo, no que diz respeito ao processo de participação horizontal que o desenvolvimento local alternativo implica. (Idem, p.72 e 75).

Para Tauk Santos (2005, p.9), “o desenvolvimento local é hoje a via privilegiada para a construção da sustentabilidade dos municípios”. Para isso, o desenvolvimento local proporciona processos de construção de oportunidades através das capacidades e sinergias endógenas. Esse esforço visa prioritariamente a estabelecer melhores condições de vida para a comunidade local. A compreensão de desenvolvimento, que foca os potenciais endógenos da localidade, foi fortalecida ao ganhar notoriedade com as mudanças ocorridas no final do século XX, sobretudo relativas à emancipação atrelada ao processo de redemocratização da sociedade brasileira. Naquele momento histórico, a sociedade civil organizada, distribuída pelos inúmeros movimentos sociais, denunciava o fracasso do modelo de desenvolvimento até então adotado, e passava a propor outro paradigma de desenvolvimento; para isso, os movimentos constituíram novas formas de acesso, passando a interagir diretamente na reivindicação, formulação e destinação das políticas públicas. Essas compreendidas em conformidade com a definição de Schimidt (2008, p.2311) de que “as políticas se materializam em diretrizes, programas, projetos e atividade que visam resolver problemas e demandas da sociedade”. Outro aspecto que também somou-se ao contexto de mudanças foi a ocorrida na Constituição Federal de 1988, que passou a ser conhecida como

Constituição Cidadã. A constituição reconhece o poder soberano das pessoas, bem como garante as diversas formas de exercê-lo diretamente ou por representantes. A participação direta da comunidade, através dos conselhos, na definição, controle e avaliação das políticas públicas e fiscalização da correta aplicação dos recursos públicos, se constitui uma das formas de impedir desvios, irregularidades, fraudes, corrupção, assim como possibilita exercer o controle social nas intervenções públicas (BRASIL, 2006).

Pensar a participação do agricultor e agricultora familiares atuando nos movimentos sociais é uma tarefa que se formula em meio ao olhar para as transformações que o campo sofreu e ainda sofre ao longo dos séculos, pois houve rupturas e deslocamentos em meio à luta pela conquista e permanência na terra (BEER, 2006; GONH, 1997, 2010 e 2011). Os traços que ainda permeiam esses sujeitos nos levam à necessidade de apreender as práticas e representações que fazem da luta e da possibilidade de viver e se reproduzir socialmente no meio rural. Ao analisar os processos na perspectiva da participação política do agricultor e agricultora familiares, observa-se, na atualidade, a existência de ações do Estado, através de políticas públicas que coadunam esforços para propiciar melhores condições para o público da agricultura familiar. Os processos que envolvem a participação do agricultor e agricultora familiares lograram êxito com a constituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)², garantindo a participação popular dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, que, por sua vez, perseguem a superação do desenvolvimento meramente econômico e buscam o desenvolvimento local. Sobre a participação organizada dos agricultores e agricultoras como elemento importante para o desenvolvimento local, Peterson e Romano, (1999) destacam que:

A participação dos agricultores é vista como elemento chave e fator condicionante para a efetivação do processo local de desenvolvimento, devendo se dar de forma coletiva e, conseqüentemente, com atores coletivos. Partindo-se deste pressuposto, a organização dos produtores constitui-se no motor de todo o processo e o principal meio para viabilizar a participação plena e real do conjunto dos agricultores (Idem, p.29).

² A construção da PNATER foi fruto de uma intensa mobilização nacional protagonizada pelos agricultores e agricultoras familiares através de seus sindicatos, federação e confederação. Para aprofundamento acessar: Brasil/MDA (2004; 2007); Callou (2007); Lima (2005); Lima e Jesus(2006) e Schneider, Silva, Marques (2004).

A respeito dessa temática, a academia já vem produzindo inúmeras produções científicas. Destacamos, a seguir, algumas dissertações que tratam da agricultura familiar e da participação para o desenvolvimento local. Num primeiro momento, apresentamos a produção do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX) da UFRPE. Xavier (2006) analisou as *Políticas públicas para o desenvolvimento local: a recepção popular da proposta do mercadão do Cabo de Santo Agostinho – PE*. Carneiro (2007) estudou sobre *Agricultura familiar, agroecologia, desenvolvimento local e participação da mulher: um estudo junto ao espaço agroecológico no bairro das Graças no Recife*. Perruci (2007) pesquisou sobre *Extensão pesqueira, desenvolvimento local e participação popular: estudo de recepção do programa de combate à pobreza rural pelos pescadores familiares de Tejucupapo, Goiana – Pernambuco*. Silva (2007) dissertou a respeito de *Gênero e desenvolvimento local: a participação das mulheres na associação dos Pescadores e Moradores na comunidade de Ver-o-Mar*. Saraiva (2008) apresentou o estudo acerca de *Política pública e extensão pesqueira para o desenvolvimento local: estudo das estratégias de comunicação dos projetos Renascer (PCPRII) e Promata (Peixe de rede) nas comunidades de Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo, Goiana – Pernambuco*. Silva (2008) defendeu pesquisa sobre *As ações educativas de uma Associação de Mulheres como vetor para o desenvolvimento local*. Silva (2009) pesquisou a *Agenda 21 e política nacional de assistência técnica e extensão rural: caminhos cruzados na construção do desenvolvimento sustentável de Igarassu – Pernambuco*.

Na mesma perspectiva, vale mencionar ainda duas teses produzidas por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP): Freire (2007) estudou a *Participação política como exercício da cidadania* e Vendramini (2010) pesquisou *A participação em conselhos como instrumento de gestão municipal*. Referenciamos também duas dissertações produzidas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS): Alles (2005) examinou as *Políticas públicas, conselhos municipais e agricultura familiar: representações sobre o rural em Rocas Sales/RS e a emergência da noção de multifuncionalidade da agricultura* e Lima (2009) pesquisou *Agricultura familiar, sustentabilidade e desenvolvimento: Um estudo sobre os avanços, dilemas e perspectiva da UNAIC - União das associações comunitária do interior de Canguçu /RS*.

Neste estudo, diversos teóricos dão suporte à pesquisa. Os basilares foram: Abramovay (1997; 2000; 2009), Campanhola e Silva, (2000), Navarro (2010), Schneider (2003; 2009), Silva (1998; 2002), Veiga (2003), Bourdieu (1989; 2010), Buarque (2003), Demo (1999), Gadotti (2000), Gohn (1997; 2010; 2011), Rattner (2000), Sousa Santos (2002; 2005; 2007), Sawaia (2009) e Xiberras (1996). Cavalcanti (1994), Franco (2000), Jesus (2003; 2007), Leff (2007), Lima (2005), Milanez (2003), Silveira e Reis (2000), Veiga (2008), Tauk Santos (2005; 2006) e Zapata (2000).

Esta dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos e uma conclusão.

Capítulo 1 – *Percurso investigativo*. Refere-se ao desenvolvimento metodológico que norteou a pesquisa, cujo método eleito foi o estudo e caso. A pesquisa foi baseada em procedimentos qualitativos; nesses, se observa o “universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2009, p. 21). Logo, esses fenômenos humanos são considerados partes da realidade social e imprescindível ao objeto que este estudo intenciona observar. Nesse capítulo, estão expostos os objetivos, o *lócus* e os sujeitos da pesquisa, os instrumentos de coleta e análise dos dados. Para analisar as construções ideológicas contidas nas falas dos entrevistados, foi utilizada a Análise do Discurso (AD), que privilegia os sentidos e ressignificados construídos pelos interlocutores (ORLANDI, 1999).

Capítulo 2 – *Participação política, agricultura familiar e desenvolvimento local*. Aborda a constituição teórica da pesquisa resultante da revisão bibliográfica. Nesse sentido, o referencial teórico contido no capítulo aborda a problemática da participação política cidadã, sublinhando a participação do agricultor e agricultora familiares e suas ligações com o desenvolvimento local. Nessa perspectiva, foi constituída a ideia de que a participação cidadã (GONH, 2010) fortalece a sociedade civil e promove a construção de novas realidades sociais, reverberando positivamente no desenvolvimento local. A partir desse entendimento, a participação ampla da sociedade civil organizada, encaminhando as demandas dos diversos movimentos sociais, esses, urbanos e/ou rurais, torna-se estratégica frente aos processos hegemônicos da globalização. Sob o ângulo da exclusão (SOUZA

SANTOS, 2002a), a globalização coopera para a marginalização de grandes parcelas da população, ao interferir nos processos econômicos, sociais, culturais, ambientais e políticos, esses fundamentais ao desenvolvimento local.

Capítulo 3 – *Conselhos gestores*. Trata da teorização de parte significativa de pesquisa, considerando que é nesse ambiente onde verificamos as categorias eleitas e trabalhadas com os sujeitos da pesquisa na fase empírica do estudo. Esse referencial teórico conduzirá a compreensão desse novo espaço de reivindicação e deliberação popular que se estabelece nos conselhos, especialmente depois do processo de distensão política que culminou com a Constituição Cidadã de 1988. Os conselhos gestores surgiram para o exercício da cidadania (VENDRAMINE, 2010), e neles são desenvolvidas ações que evidenciam elementos da prática democrática. No cotidiano dos conselhos, os cidadãos constituintes passam a deliberar sobre encaminhamentos através do consenso, convencimento ou sufrágio. Nesse sentido, o conselho torna-se um espaço físico para o debate livre e direto dos problemas coletivos da sociedade (GONH, 2011), proporcionando a mobilização e participação popular entre os sujeitos organizados.

Capítulo 4 – *Os sentidos da representação do CDMAR com a participação do agricultor e agricultora familiares (AD)*. Traz a sistematização e análise dos dados levantados na fase empírica da pesquisa, analisando a problemática à luz da bibliografia. Expomos, nesse capítulo, trechos das entrevistas realizadas com agricultores e agricultoras familiares e coordenadores do conselho. Na sequência, analisamos as entrevistas sob a influência teórico-metodológica da Análise do Discurso (AD). Nos discursos e interdiscursos dos entrevistados, com o uso da AD, foi possível construir uma interpretação sobre a participação dos agricultores e agricultoras familiares no conselho, pois “o discurso é o lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por e para os sujeitos” (ORLANDI, 1999, p.17).

Por último, apresentamos a conclusão, contendo reflexões desenvolvidas ao longo de toda a pesquisa. Nessa etapa, destacamos as principais ponderações relativas à participação do agricultor e agricultora familiares no conselho e os incrementos no desenvolvimento local, além de alguns entraves que impedem a

ampla participação no conselho. Por fim, apresentamos uma análise sobre a realidade observada, a partir do objeto de nossa investigação, sabendo que a mesma não se esgota com este estudo e que possivelmente há outras compreensões sobre a complexidade existente entre os sujeitos que participam do Conselho de Desenvolvimento Rural do Município de Araçoiaba em benefício do desenvolvimento.

CAPÍTULO 1 – Percurso investigativo

A pesquisa é um trabalho artesanal que não prescinde da criatividade, realiza-se fundamentalmente por uma linguagem baseada em conceitos, proposições, hipóteses, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular. A esse ritmo denominamos *ciclo de pesquisa*, ou seja, um peculiar processo de trabalho em espiral que começa com uma pergunta e termina com uma resposta ou produto que, por sua vez, dá origem a novas interrogações (MINAYO, 2009, p.25-26).

Para a condução desta pesquisa, pautamo-nos metodologicamente na busca de avaliar qualitativamente as informações obtidas durante o processo investigativo, não obstante aos dados quantitativos surgidos. Para Flick (2009), a pesquisa qualitativa considera a existência de relações constantes e dinâmicas entre o mundo real e o sujeito. Sendo analítica e interpretativa, utiliza o método indutivo e considera o processo como foco principal. Compreendemos também esse momento em consonância com Minayo (2009), ao considerar que a pesquisa qualitativa se inicia da compreensão de que a realidade social se faz por aproximação e, nessa perspectiva, é necessário se dispor a olhar a realidade por vários ângulos para que o pesquisador possa adentrar nos contextos do fenômeno que pretende observar.

1.1 Objetivos

Para Minayo (2009), a definição dos objetivos é fundamental para delinear os propósitos aos quais desejamos alcançar no final da pesquisa. Para tanto, devem-se elencar objetivos de possível alcance. Para a autora, enquanto o objetivo geral possui relação estreita com a hipótese, os objetivos específicos são os desdobramentos das ações necessárias à concretização do objetivo geral. E continua: é a partir dos objetivos que escolhemos e construímos os métodos e instrumentos da pesquisa. A metodologia adotada deve promover a realização de todos os objetivos propostos. A seguir, apresentamos os objetivos geral e específicos desta pesquisa.

Objetivo Geral:

Analisar a participação política exercida pelo agricultor e agricultora familiares no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável a partir das discussões e acompanhamento de políticas públicas para o desenvolvimento local.

Objetivos Específicos:

Analisar a participação do agricultor e agricultora familiares vivenciada no cotidiano do CMDRS;

Averiguar como se desenvolvem o poder decisório e o exercício do controle social sobre as políticas públicas no conselho;

Mapear, a partir do ponto de vista do agricultor e agricultora familiares, as políticas públicas que mais impactam no desenvolvimento local.

1.2 Lócus da pesquisa

A investigação em campo foi realizada no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Araçoiaba (CDMAR).

A escolha por pesquisar a participação e o desenvolvimento local nesse Conselho deveu-se ao fato de ocorrerem, em seu cotidiano, discussões e encaminhamentos sobre políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do meio rural, sendo a agricultura familiar uma das principais protagonistas desse processo. Os conselhos são percebidos enquanto espaço físico de participação democrática, logo privilegiam a participação da coletividade, em especial, para nossa investigação, analisaremos a participação do agricultor e agricultora familiares, os sujeitos da nossa pesquisa.

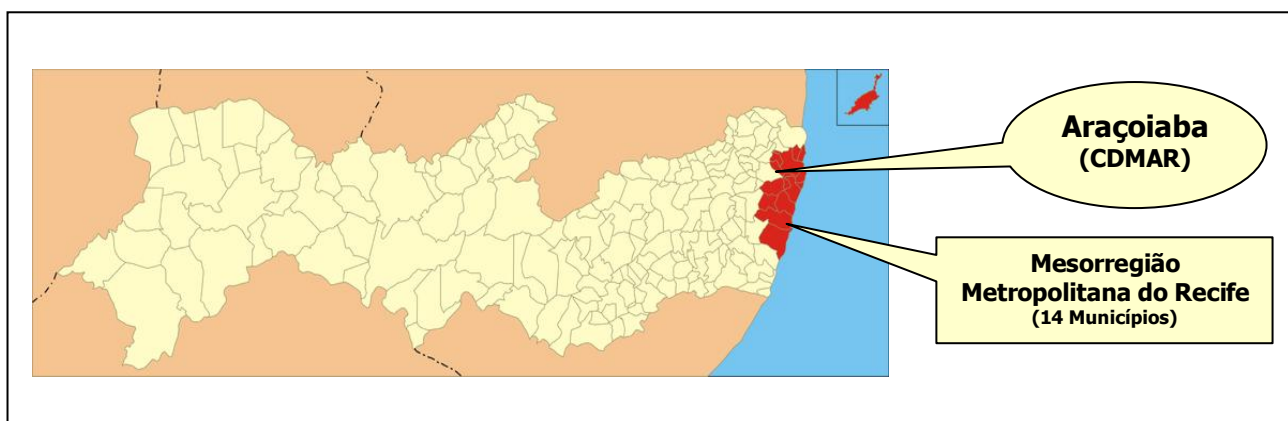
O CDMAR foi fundado no primeiro semestre de 2005; não possui sede própria, realiza reunião ordinária na última quinta-feira do mês, geralmente na Escola Estadual Maria Gayão Pessoa Guerra ou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), ambos na sede do município. Atualmente representa oito associações de defesa de direitos sociais, sendo cinco associações rurais e três associações comunitárias de bairro. No rol dos conselheiros, constam, além de um representante de cada associação, um membro da câmara dos vereadores, outro do governo estadual – representado pelo extensionista rural do IPA – além de indivíduos ligados

ao sindicato dos trabalhadores rurais, da igreja católica e outro da igreja evangélica, totalizando 13 conselheiros.

A diretoria do conselho é formada por seis integrantes mais o conselho fiscal, com três membros. Na atual composição da diretoria, encontram-se dois agricultores/as familiares, sendo: um vice-secretário e outro vice-tesoureiro. No conselho fiscal, encontram-se outros dois agricultores/as familiares, que ocupam respectivamente a 2ª e 3ª cadeira nessa instância fiscalizadora das atividades do CDMAR.

O município de Araçoiaba pertence à mesorregião metropolitana do Recife e foi criado pela Lei Estadual nº 11.230, de 13 de julho de 1995, antes pertencente ao município de Igarassu. O nome Araçoiaba é de origem tupi-guarani, formado pelos seguintes termos: *Ara*, que significa sol, tempo e *çoyaba*, que quer dizer cobertura, anteparo. Desse modo, Araçoiaba significa: anteparo ao sol, anteparo ao mau tempo (AMUPE, 2012).

Até o início do século XIX, a povoação era conhecida como Chã do Monte Aratangi. Em 10 de fevereiro de 1920, através da Lei municipal nº 42, foi criado o Distrito denominado Chã de Estevão, subordinado ao município de Igarassu. Em 09 de dezembro de 1938, por meio do Decreto Estadual nº 235, o Distrito ganhou a denominação Arassoiaaba, tendo essa grafia mudada para Araçoiaba pela Lei Estadual nº 1819, de 30 de dezembro de 1953 (*Idem*).



Figuras 1: Mapa de Pernambuco com localização da mesorregião metropolitana do Recife/PE
Fonte:

1.2.1 Caracterização do município de Araçoiaba

Escolhemos o município de Araçoiaba pela configuração que apresenta. Pertencente à grande Região Metropolitana do Recife (RMR), tendo como atividade agrícola predominante a produção de cana-de-açúcar, para isso faz uso elevado de defensivos e adubos químicos. O cultivo predominante dessa monocultura fornece indícios de que o modelo de desenvolvimento praticado é prioritariamente econômico, propiciando heranças culturais que dificultam: a diversificação da lavoura, a relação harmoniosa com o meio ambiente, respeitando as funções ecológicas, como a ciclagem de nutrientes, ciclos hidrológicos e o clima. Tais aspectos são essenciais ao atendimento das necessidades humanas e ao desenvolvimento sustentável.

1.2.2 Localização e acesso

Araçoiaba foi instituída como município em 13 de junho de 1995, pela Lei Estadual nº 11.230. Segundo dados do IBGE (2011), o censo populacional de Araçoiaba contabilizou 18.340 habitantes, distribuídos da seguinte forma: 82,4% residente na área urbana e 17,4% residentes no meio rural.

A sede do município encontra-se a 40 quilômetros da capital pernambucana. O acesso rodoviário é realizado pela BR – 101 e PE- 041. A área territorial é de 96,5 Km², o que representa 0,07% do território do Estado de Pernambuco, resultando numa densidade demográfica aproximada de 190 hab./km². O município está geograficamente inserido na mesorregião metropolitana do Recife e na microrregião de Itamaracá. Localiza-se a partir das coordenadas geográficas: 07 graus 47min 23 seg. de latitude sul e 35 graus 05 min. 31 seg. de longitude oeste. A sede do município está a uma altitude aproximada de 160 metros acima do nível do mar. Limita-se ao norte com Itaquitinga, ao sul com Abreu e Lima, ao leste com Igarassu e ao oeste com Tracunhaém (MASCARENHAS, 2005).

1.2.3 Aspectos socioeconômicos

O índice de exclusão social de Araçoiaba é de 0,324, ocupando a 122ª colocação no ranking estadual; no ranking nacional ocupa a 4.754ª. Para formulação desse índice, são considerados como indicadores pobreza, emprego formal,

desigualdade, alfabetização, anos de estudo, concentração de jovens e violência (MASCARENHAS, 2005).

A rede de atenção à saúde de Araçoiaba dispõe de dois ambulatórios e 16 agentes de saúde pública. Inexistem hospitais e leitos no município. A taxa de mortalidade infantil, segundo dados do DATASUS, são de 67,16 para mil crianças nascidas, a mais alta da RMR.

O município possui dez estabelecimentos de ensino fundamental, com 3.652 alunos matriculados, e outras duas escolas para o ensino médio, com 598 alunos. A rede de educação soma 478 salas de aula, distribuídas da seguinte forma: 120 pertencentes à rede estadual, 246 da municipal e 112 da rede privada (MASCARENHAS, 2005).

Gastos sociais *per capita* em execução pelo município, conforme a lei orçamentária fiscal e de seguridade social para o exercício 2011, foram: R\$: 55,34 com Assistência Social, R\$: 205,09 em Saúde, R\$: 369,19 com educação, R\$: 34,97 em Cultura, R\$: 159,96 em Habitação, Urbanismo e Saneamento (ARAÇOIBA, 2011)

Araçoiaba, não obstante pertencer à grande Região Metropolitana do Recife, com disposição orçamentária semelhante a alguns municípios da região metropolitana, apresenta as últimas colocações relativas a desempenho econômico e social. Os demonstrativos, a seguir, expressam tal situação:



Figuras 2:
Mapa com municípios que compõem mesorregião RMR – PE
Fonte: baixarmapas.via12.com

A seguir, apresentamos gráficos que demonstram conclusões de pesquisas desenvolvidas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) relativas ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e a Renda *Per capita* dos municípios de Araçoiaba. Na composição do IDH, são consideradas situações básicas, como: vida saudável e prolongada, maior nível de escolarização e maior acesso à renda. Nessa perspectiva, esse indicador de desenvolvimento humano, ao aferir os avanços de uma determinada região, passa a considerar outras dimensões além do indicador de desenvolvimento econômico, esse último já denunciado, desde a segunda metade do século XX, por Furtado (1974), como um mito. Logo, ao se estimar o IDH, são considerados elementos sociais, políticos e culturais que permeiam a qualidade de vida dos indivíduos.

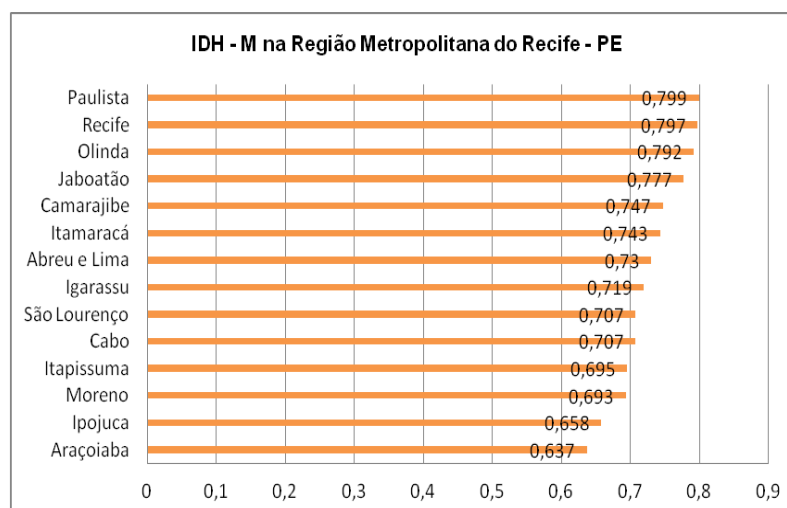


Gráfico 1: IDH / M dos municípios da RMR

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA / Fundação João Pinheiro / Base de Dados do Estado de Pernambuco - <http://www.bde.pe.gov.br>

Conforme demonstração gráfica acima, constata-se que Araçoiaba apresenta nível médio de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M³, ao tempo que ocupa a última posição entre os 14 municípios da RMR. Já no plano nacional, entre os 5.507 municípios, Araçoiaba se encontra na 3.982^a colocação (PNUD, 2000).

³ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é elaborado com base nos seguintes indicadores: IDH-E (educação), IDH-L (longevidade), e IDH-R (renda), na educação são consideradas as taxas de alfabetização e frequência escolar, para longevidade e renda, são observados os níveis de pobreza, quantitativo de renda, expectativa e qualidade de vida. Para análise e definição do estágio de Desenvolvimento Humano Municipal, são considerados os seguintes intervalos: o índice de 0,500 é considerado ponto crítico e, abaixo dessa marca, configura-se situação intolerável; nos intervalos de 0,500 a 0,799, são considerados em estágio médio de desenvolvimento; a partir de 0,799 corresponde em pleno desenvolvimento humano do município (PNUD, 2005).

O gráfico a seguir ilustra o rendimento médio *per capita*⁴ entre os municípios que compõem a Região Metropolitana do Recife, com destaque para os municípios de Araçoiaba, que detêm a menor renda per capita nessa região de desenvolvimento.

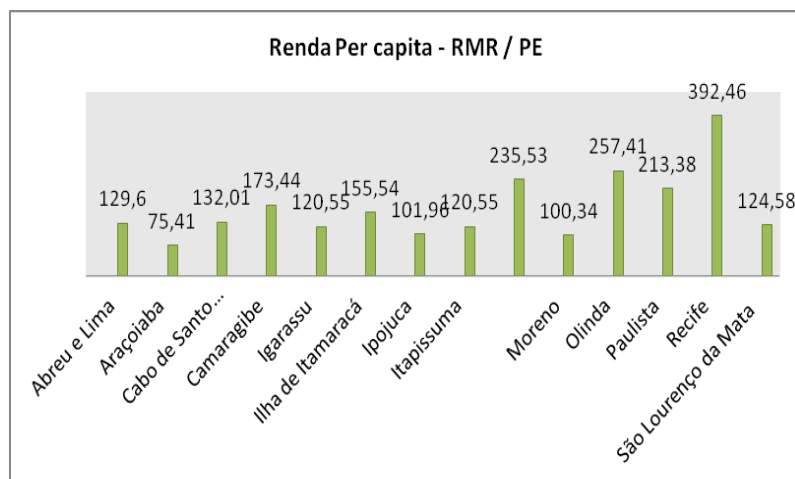


Gráfico 2: Renda per capita dos municípios da RMR

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
Fundação João Pinheiro / Base de Dados do Estado de Pernambuco - <http://www.bde.pe.gov.br>

1.3 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram seis agricultores e agricultoras familiares e quatro líderes de associações comunitárias urbanas, sendo ambos componentes da coordenação do CDMAR. Entre as dez entrevistas concedidas, seis foram com agricultores e agricultoras familiares membros de associações rurais de agricultura, pertencentes ao rol de representadas pelo CDMAR. Esses agricultores e agricultoras, por sua vez, desenvolvem, em seu cotidiano, atividades comuns ao indivíduo do campo e, em alguns casos, recebem e executam políticas públicas para o desenvolvimento agropecuário da comunidade local, sendo essas políticas direcionadas através do conselho. Já os quatro entrevistados que não são agricultores e agricultoras familiares são conselheiros do CDMAR e ocupam os cargos de presidente, vice-presidente, 1º secretário e 1º tesoureiro, representando a associação comunitária de bairro desse município, e não desenvolvem nenhuma atividade particular ou coletiva relativa à agropecuária.

⁴ Renda ou rendimento *per capita* é um indicador base para saber o grau de desenvolvimento de um país, região, município. Para se chegar a esse indicador, é considerada a razão entre a soma do valor monetário final dos bens e serviços que foram produzidos por todos os membros de uma determinada região e consequentemente divididos entre os mesmos.

1.4 Instrumentos de coleta dos dados

Com a intenção de recolher informações que nos possibilitassem compreender o objeto de estudo a que essa pesquisa se propõe, as leituras de Gil (1999); Marconi e Lakatos (2008) e Vasconcelos (2002) foram significativas para nos guiar durante todo o processo. Para isso, utilizamos os seguintes instrumentos:

- Entrevista semiestruturada;
- Observação direta;
- Pesquisa e análise documental.

Na execução da pesquisa e análise documental, acessamos regulamentos, normas, pareceres, atas, estatutos, cartas, ofícios, estatísticas, cartazes, depoimentos, discursos, entre outros documentos existentes no Conselho e no escritório municipal do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA). Durante todo o processo, estivemos atentos e acatamos as recomendações de Rodrigues (2007), ao indicar que a pesquisa documental não se vale apenas pela forma básica materializada no papel, ela vai além. Conforme indicação a seguir:

Por documento entende-se não apenas papéis oficiais, autenticados ou assemelhados. Um texto como uma carta particular pode ser um documento histórico. Uma fotografia é um documento de que se valem antropólogos e pesquisadores forenses. Uma fita gravada é um documento. Logo, documento é uma fonte material de informações. A materialidade do documento não se restringe ao papel (*Idem*, p.45).

Em todas as etapas da pesquisa, utilizamos a observação direta para recolher e registrar fatos da realidade, em conformidade com Lavelle e Dionne (1999, p.176), que destacam que a “observação como técnica de pesquisa [...] é essencialmente um olhar ativo”, não sendo apenas contemplação passiva. Para esses autores, a observação é essencialmente um olhar intencional e atento a tudo que tem relação com o fenômeno em estudo, sustentado por uma questão cujo papel é essencial, guiando os olhos e ouvidos do pesquisador para coletar informações em todos os momentos da investigação.

Realizamos visitas de observação durante duas reuniões que o Conselho promove mensalmente, reunindo todo o seu coletivo. Na ocasião, fizemos uso da

observação direta, com a pretensão de entender a realidade dos processos que envolvem a participação do agricultor e agricultora familiares no CDMAR, com destaque para as discussões acerca da destinação e controle social das políticas públicas para o meio rural com foco no desenvolvimento local. O acesso à dinâmica do conselho nos possibilitou compreender o debate político e as relações sociais, geralmente compostas por conflitos e busca pelo poder, quase sempre norteados por interesses heterogêneos envolvendo disputas, conflitos e esforços na busca do desenvolvimento.

Empregamos entrevistas⁵ individuais semiestruturadas aos sujeitos da pesquisa; os conteúdos foram gravados em áudio e transcritos, com o intuito de coletarmos dados diretos do agricultor e agricultora familiares, visando a acessar informações elementares que nos possibilitassem analisar sua participação política no CDMAR. Empregamos essa técnica sob a influência conceitual a partir da Laville e Dionne (1999), que definem a entrevista semiestruturada como uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente, podendo o entrevistador acrescentar novas indagações, conforme segue.

Entrevista cujos temas são particularizados e as questões abertas preparadas antecipadamente. Mas com plena liberdade quanto à retirada eventual de algumas perguntas, à ordem em que essas perguntas estão colocadas e ao acréscimo de perguntas improvisadas (Idem, p.188)

Entrevista semiestruturada é um instrumento de coleta de dados que tem sido bastante utilizado nas pesquisas qualitativas, porque permite investigar elementos complexos e subjetivos comuns às relações sociais. O uso desse instrumental propicia maior interação social, organizando ideias e fornecendo/coletando recortes de experiências, que, em outros instrumentos de coleta de dados fechados e padronizados, dificilmente acomodaria.

A entrevista semiestruturada proporciona o repasse de informações e dispõe oportunidade para o narrador falar e conseqüentemente ser ouvido, isso em conformidade com Szymanski (2010, p.14), ao considerar a entrevista como “momento de organização de ideias e de construção de um discurso para um interlocutor”. A autora também indica que, durante a realização das entrevistas, se estabelece intercâmbio entre o entrevistador e entrevistado, surgindo “conhecimento

⁵ Roteiro encontra-se anexado no apêndice.

organizado de forma específica; percebe-se a partir daí a participação de ambos no resultado final”. A seguir, o que observa essa autora sobre entrevista:

A entrevista face a face é fundamentalmente uma situação de interação humana, em que estão em jogo as percepções do outro e de si, expectativas, sentimentos, preconceitos e interpretações para os protagonistas: entrevistador e entrevistado. Quem entrevista tem informações e procura outras, assim como aquele que é entrevistado também processa um conjunto de conhecimento e pré-conceitos sobre o entrevistador, organizando suas respostas para aquela situação. A intencionalidade do pesquisador vai além da mera busca de informações; pretende criar uma situação de confiabilidade para que o entrevistado se abra (*idem*, p.12)

1.5 Instrumentos de análise dos dados

Nessa etapa da pesquisa, analisamos os dados que foram colhidos durante as entrevistas e as observações diretas, que conseqüentemente fundamentaram a descrição densa da realidade sobre a participação popular através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Araçoiaba. Dessa forma, temos uma versão, dentre outras possivelmente existentes, sobre participação política do agricultor e agricultora familiares no cotidiano do CMDRS de Araçoiaba.

Para analisar a produção de discursos contidos nas entrevistas, utilizamos como recurso teórico-metodológico a Análise do Discurso (AD), que privilegia as formas de produção dos discursos, a fala e o silêncio (ORLANDI, 1999). Nesse sentido, a AD observa os sentidos visíveis e também os ocultos para compreender como os sentidos são produzidos e os efeitos causados por eles. Nesse processo, são considerados: a formação discursiva, o corpus e o interdiscurso.

A Análise de Discurso possibilitou averiguar a participação política dos agricultores e agricultoras familiares vivenciadas pelas interlocuções no Conselho. Para isso, a AD verifica a desconstrução do discurso, através das falas que contém sentidos e significações. Logo, a AD permite compreender como os objetos simbólicos constroem sentidos presentes nas construções discursivas.

Sob influências de Mazière (2007) e Orlandi (1999), entendemos que o discurso é um conjunto de formulações que proporcionam sentidos simbólicos e ideológicos através da língua. Logo, “o discurso é o lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por e para os sujeitos” (ORLANDI, *Idem*, p.17). Análise do discurso é assim definido por essa autora:

A análise do discurso [...] trata do discurso. E a palavra discurso etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. Na análise do discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e de sua história. [...] A análise do discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em ele vive (ORLANDI, 1999, p.15).

Para Orlandi (Idem), a materialidade da ideologia é o discurso, e a materialidade do discurso é a língua; esse processo ocorre pela relação língua/discurso/ideologia. A mesma cita Pêcheux (*apud* idem, p.17) através do pensamento de que “não há discurso sem sujeito e na há sujeito sem ideologia”, indicando que nenhum sujeito é isento dessa dinâmica, ou seja, nenhum sujeito é desprovido de língua, discursos e ideologia.

Para trabalhar com AD, optamos pela entrevista semiestruturada, pois permite ao sujeito se posicionar, narrando seus pensamentos e reflexões sobre o tema pesquisado. O uso desse tipo de entrevista possibilita a AD, por ser um instrumento que torna possível contextualizar o comportamento dos sujeitos, seus sentimento e valores. A entrevista é uma técnica flexível, que permite o entrevistado formular respostas pessoais, que contêm o que ele pensa.

A entrevista é bastante adequada para obtenção de informações a cerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como a cerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes. (GIL 1999, p. 109)

Dessa forma, entendemos que a Análise do Discurso nos colocou em estado de reflexão e possibilitou analisar a participação política vivenciada no cotidiano do CMDRS pelos agricultores e agricultoras familiares e quais as influências proporcionam ao desenvolvimento local.

CAPÍTULO 2 – Participação política, agricultura familiar e desenvolvimento local.

2.1 – Participação política

A sociedade contemporânea se encontra em um momento histórico em que há a necessidade premente de ampliar, cada vez mais, a democracia plena no cotidiano da vivência em comunidade, enfatizando a valorização da participação política da sociedade civil organizada, contemplando as diversas forças e interesses políticos, sociais, ambientais e econômicos existentes no coletivo. Esses processos de democratização partilhados pela possibilidade da participação ampliada dos cidadãos, atuando nos espaços de tomada de decisão, indicam novos rumos políticos que especialmente redefinem o local e conseqüentemente o global. Apesar dos avanços no campo democrático, temas como participação da sociedade civil convergem esforços para ampliar, ainda mais, espaços para atuação política no Estado democrático brasileiro, consolidando o ideal de democracia plena. O tema da democracia, pela importância que representa, continua despertando interesses e estudos por diversos pesquisadores, uma vez que a emergência da democracia continua sendo um dos acontecimentos mais importantes na atualidade.

No Brasil, com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988 (BRASIL, 2006), ampliou-se o acesso aos direitos e garantias do cidadão, através da construção de esferas públicas participativas que fundamentam a eficácia da participação, consolidando uma prática cidadã em substituição ao formato populista e clientelista antes praticado. Nessa perspectiva, a sociedade civil tem uma significativa atuação nesse atual paradigma de Estado, por meio de organizações dos movimentos populares como: conselhos, instituições religiosas, sindicatos, ONGs, entre outros. De fato, a sociedade civil organizada passou a intensificar sua participação nos diversos níveis na agenda política nacional. Nesse novo cenário político e histórico brasileiro, Sousa Santos e Avritzer (2002b, p.65)⁶ destacam a participação da sociedade civil nas diversas “instituições políticas, através de novos arranjos participativos”. Eles citam o exemplo do orçamento participativo da cidade de Porto Alegre, sendo também praticado em diversas cidades. Para esses autores,

⁶ Os autores referem-se, no caso brasileiro, ao orçamento participativo da cidade de Porto Alegre – RS que emergiram no pós-ditadura.

a Constituição de 1988 proporcionou novos arranjos participativos, abrindo novos espaços para o exercício da democracia participativa, conforme citação a seguir:

O artigo 14 da Constituição de 1988 garantiu a iniciativa popular como iniciadora de processos legislativos. O artigo 29 sobre a organização das cidades requereu a participação dos representantes de associações populares no processo de organização das cidades. Outros artigos requerem a participação das associações civis na implementação das políticas de saúde e assistência social (SOUZA SANTOS; AVRITZER, 2002b, p.65).

A partir de 1988, o Brasil passou a ser considerado como Estado democrático de direito, estabelecendo que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente” (BRASIL, 2006, p.7). Nesse sentido, se nomeia a democracia como base desse modelo de Estado, que visa a garantir a participação popular nos atos decisivos no exercício do poder político. Esse novo paradigma cria um novo modelo de gestão pública, estimulando a participação ampla, e a vê como condicionante para a prática da cidadania, assegurando ao indivíduo a garantia do exercício da participação ativa na composição e direcionamento da vontade nacional. Esse processo democrático estabelece desafios à sociedade para intensificar o Estado democrático; para isso, se estimula a compreensão dos direitos e deveres dos cidadãos, aclarando os papéis que cabe aos cidadãos.

No Estado democrático, o exercício da cidadania (CARVALHO, 2010) é uma das principais características das sociedades civilizadas, frutos de lutas históricas que conseguiram implementar a soberania popular como base do poder, que se deu primeiramente por reivindicar algo inerente à condição humana: a igualdade entre todos os homens e mulheres, sem qualquer distinção. Essa igualdade credencia o amplo acesso de todos e todas ao exercício da participação política pelo conjunto da sociedade.

Apesar da constatação de avanços no entendimento descrito no parágrafo único do artigo 1º da Constituição Federal (BRASIL, 2006, p.7), de que “todo poder emana do povo” e em seu nome será exercido, traduzindo uma ideia de soberania popular por meios diretos ou representativos, faz-se indispensável analisarmos a necessidade posta de adaptação às exigências da economia globalizada e aos acontecimentos resultantes, num paradoxo da exclusão social de grande parte da população.

Conforme pondera Sousa Santos (2002a, p.13), “a globalização é hoje um fator explicativo importante dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais das sociedades nacionais”. Logo, os processos hegemônicos da globalização explicam, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, a intensificação da exclusão social e da marginalização de grandes parcelas da população. Para Souza Santos (2005b), a globalização deve ser observada a partir de dois ângulos: exclusão e inclusão. Inclusão para uma minoria, através da enorme e rápida acumulação de capital, sobretudo pelos grupos especulativos de alcance transnacionais, em detrimento da exploração humana nas áreas econômica, ambiental e social. Por parte dos que vivem em situação de exclusão, esses processos estão sendo enfrentados com persistência, por meio de iniciativas de base, a partir da sociedade civil com inovações comunitárias e movimentos populares que procuram reagir a essa situação, abrindo espaços para a participação democrática. Por sua vez, esses procedimentos resultam no preparo político da coletividade para os embates e enfrentamentos, surgindo, assim, uma contra-hegemonia à globalização neoliberal⁷, opondo-se às forças dominantes e buscando sair da situação de exclusão social. Globalização, para Sousa Santos (2005a), trata-se de:

[...] Um processo complexo que atravessa as mais diversas áreas da vida social, da globalização dos sistemas produtivos e financeiros à revolução tecnológica e práticas de informação e de comunicação, da erosão do Estado nacional e redescoberta da sociedade civil ao aumento exponencial das desigualdades sociais, das grandes movimentações transfronteiriças de pessoas como emigrantes, turistas ou refugiados, ao protagonismo das empresas multinacionais e das instituições multilaterais, de novas práticas culturais e identitárias aos estilos de consumo globalizado. Esta diversidade faz com que o impacto nas estruturas e práticas nacionais e locais, aparentemente monolíticos, seja, de facto, muito contraditório e heterogêneo, já que, em cada uma das áreas da vida social, é o produto de uma negociação conflitual (Idem, p.11).

⁷O ideário neoliberal foi aprofundado, na América Latina, a partir da sistematização do que foi discutido durante o encontro realizado em novembro de 1989, nos Estados Unidos, que ficou conhecido como o Consenso de Washington. O encontro sistematizou e estabeleceu diretrizes nas seguintes áreas: a) disciplina fiscal; b) priorização dos gastos públicos; c) reforma tributária; d) liberalização financeira; e) regime cambial; f) liberalização comercial; g) investimento direto estrangeiro; h) privatizações; i) desregulação das relações trabalhistas; j) propriedade intelectual. Para Paulo Nogueira, o neoliberalismo trata-se de “uma versão mais sofisticada e sutil das antigas políticas colonialistas de open-door” (abrir a porta), e as consequências foram o “crescimento da miséria, altas taxas de desemprego, tensão social”, degradação ambiental entre outros problemas (BATISTA, 1994, p.26).

A sociedade brasileira pode ser considerada herdeira de tradições de regimes autoritários, aqui vivenciados pela predominância de modelos de dominação oligárquico, patrimonialista e burocrático, caracterizados principalmente pela marginalização da participação política das classes populares, e, quando ocorria a integração, geralmente se dava pelas vias do populismo e do clientelismo. Além dessa tradição herdada, observamos a existência de possíveis impactos contraditórios, que o capitalismo-globalização pode proporcionar nas sociedades. Destacamos que, na sociedade brasileira, existem altos níveis de desigualdade social, causadores de exclusão, pobreza e violência. Habermas (*apud* GOHN, 1997, p.139) analisa os movimentos sociais na perspectiva de que os mesmos são “indicadores de uma potencial crise do capitalismo tardio”. Logo, intuímos que talvez esses condicionantes da realidade brasileira sejam também impulsionadores da pujança dos movimentos sociais, viabilizando a participação política da coletividade.

Rattner (2000) discorre, no prefácio da obra intitulada: *Brasil no limiar do século XXI: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável*, sobre as consequências da globalização, considerando a disparidade entre as riquezas e misérias resultantes da implementação da agenda neoliberal. Ele também indica que estão sendo construídas alternativas às políticas neoliberais. Percebemos esses processos quando se estabelece oportunidade para a sociedade civil organizada desempenhar o controle social, deliberar e negociar prioridades de investimentos de recursos públicos, pelas vias das políticas públicas que consolidem economias de mercados preocupadas com a geração de emprego e distribuição de renda. A exemplo o Banco do Povo⁸, que foi institucionalizado com a Lei nº 10.735 em 2003,

⁸ Para aprofundamento sobre Banco do Povo, verificar a Lei Nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivos à Implementação de Projetos de Interesses Social – PIPS.

Principais objetivos:

- Democratizar o acesso ao crédito aos pequenos negócios, potencializando a produção e o crescimento, a partir do apoio a habilidades e experiências de produção e serviços;
- Incrementar a renda familiar;
- Oferecer oportunidades reais de melhoria no trabalho e na renda, impactando no desenvolvimento local;
- Criação de novos micro empreendimentos e postos de trabalho;
- Geração de oportunidade, renda e resgate da cidadania.

Banco do Povo é um programa de geração de emprego e renda, destinado a possibilitar o acesso ao crédito a pequenos empreendedores de baixa renda, que possuam habilidades e experiências de trabalho e que queiram iniciar ou ampliar seu empreendimento (BARONE; SADER, 2008).

e os clubes e bancos de troca⁹. Essas práticas invertem a lógica de perseguir apenas lucro e acumulação financeira, tema central do capitalismo neoliberal globalizado, gerando uma sociedade caracterizada pela desintegração da ordem social. Como indica a seguir Rattner (2000).

O modelo neoliberal caracterizado pela abertura e desregulamentação dos mercados, a privatização das empresas pública e a precarização das relações de trabalho, aprofundou a assimetria social e econômica e transformou os milhões de desempregados em marginalizados e excluídos do convívio social. As disparidades entre riquezas e miséria engendram anomias sociais – violência, crimes, corrupções em todos os níveis, uso e tráfico de drogas, contrabando de armas, prostituição infantil, comércio de órgãos e etc (*Idem*, p.17).

Gohn (2010) apresenta a participação cidadã como uma espécie de amálgama que fundamenta a concepção de democracia radical e persegue o fortalecimento da sociedade civil e a impulsiona, no sentido de construir novos caminhos para outras realidades sociais, sem desigualdades e sem exclusões em qualquer forma. De acordo com essa autora, “para que venha a ocorrer a participação cidadã, os sujeitos de uma localidade ou comunidade precisam estar organizados e mobilizados de uma forma que ideários múltiplos fragmentados possam se articulados” (*Idem*, p.19).

No final do século XX, efervesciam ações políticas populares, na esteira da participação coletiva através das lutas sociais, inspiradas pelo conceito amplo de cidadania, sendo potencializadas pela intensificação dos diversos movimentos populares¹⁰. Percebemos os movimentos populares, em concordância com Gohn (*Idem*, p.13), “como ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que

⁹ Clubes ou bancos de troca são uma rede fundamentada na troca voluntária, geralmente em comunidade populares, estabelecendo um intercâmbio a partir de uma moeda local ou social. Essa moeda possibilita permutas indiretas, estáveis e organizadas. Esse processo pode gerar um sistema econômico local, complementando a economia oficial, possibilitando a troca de serviços e produtos, garantindo o acesso de todos. O exemplo que ilustra essa iniciativa é o Banco de Palma no Ceará, que se fundamenta na disponibilidade de crédito para produção e consumo que gera renda para toda a comunidade, promovendo o desenvolvimento local (BANCO PALMAS, 2012).

¹⁰ No final do século passado, a participação política popular ativou amplamente a coletividade através da multiplicação e atuação política das ONGs, redes de organizações, protagonizando lutas sociais em diversas áreas. Gohn lista uma série de movimentos sociais que foram maximizados nesse momento histórico, a saber: movimentos sociais rurais – CPT, Via Campesina e MST; movimentos sociais urbanos pela moradia; movimentos sindicais - centrais sindicais CGT, CUT, CONTAG; movimentos populares participantes de experiência de democracia participativa; movimentos ambientalistas – Greenpeace; movimentos étnicos, raça, sexo e etário; movimentos de mulheres - marcha mundial de mulheres; movimento dos descendentes afro; movimentos indígenas; movimentos religiosos; movimentos de direitos humanos; movimentos pelo direito a opção sexual; movimentos antiglobalização; movimento estudantil - UNE, UBES e etc (GOHN, 1997, p.379 - 383).

viabilizam distintas formas de a população se organizar e expressar demandas”. Nesse sentido, caminhamos com a definição abrangente de movimento social como expressão de poder da sociedade que busca constituir-se enquanto sujeito político revelado em espaços públicos, vivenciando relações políticas de poder. Na realidade histórica, os movimentos sociais sempre existiram, e aglutinam forças sociais que organizam os indivíduos, em sua melhor intenção, não como massa de manobra a partir de ordem numérica, mas como campo de atividade e experimentação social. Dessa forma, os movimentos sociais são forças igualitárias antes dispersas, agora canalizadas, potencializadas e utilizadas para realizar os encontros de superação de exclusão. Touraine (*apud* GONH, 2010, p.14), “afirma que os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade, eles expressam resistência ao velho que os oprime, e fontes revitalizadas para a construção do novo”

Os movimentos populares se fortaleceram ao ampliar o domínio da concepção plena de cidadania, que passou a nortear suas ações políticas, pelas vias da mobilização efetiva, propiciando a participação direta da população na agenda política nacional. Entendendo que não há cidadania sem democracia, conforme definição a seguir de Gadotti (2000):

Cidadania é essencialmente consciência de direitos e deveres é exercício da democracia: *direitos civis*, como segurança e locomoção; *direitos sociais*, como trabalho, salário justo, saúde, educação, habitação etc.; *direitos políticos*, como liberdade de expressão, de voto, de participação em partidos políticos e sindicatos, etc. Não há cidadania sem democracia. O conceito de cidadania, contudo, é um conceito ambíguo. Em 1789, a Declaração do Direito do Homem e do Cidadão estabelecia as primeiras normas para assegurar a liberdade individual e a propriedade. Nascia a cidadania como uma conquista liberal. Hoje o conceito de cidadania é mais complexo. Com a ampliação dos direitos, nasce também a concepção mais ampla de cidadania. De um lado, existe uma concepção consumidora de cidadania (direito de defesa do consumidor), e, do outro, uma concepção plena, que se manifesta na mobilização da sociedade para a conquista de novos direitos e na participação direta da população na gestão da vida pública (*idem*, p.290).

A sociedade brasileira persegue a plena consolidação da democracia, para isso, vem aglutinando os cidadãos e concomitantemente estimulando a ampla efervescência da sociedade civil organizada através dos inúmeros movimentos populares. Esses, pela via da participação popular, exercem a prática cidadã nos espaços democráticos do cotidiano político da sociedade brasileira. Isso posto,

percebemos a existência de avanços, com as devidas reservas, na perspectiva democrática no cenário brasileiro.

No capítulo seguinte, destacaremos o processo de organização e surgimento da agricultura familiar no E.U.A., Europa e no Brasil. No caso brasileiro, esse segmento avançou significativamente na época de apogeu da participação popular propiciada pela conjuntura política, econômica e social aqui vivenciada na década de 1980, inserindo-se nos movimentos populares, passando também a protagonizar intervenções políticas, visando a melhores condições de vida, algo comum nos ideais de desenvolvimento local, conforme segue.

2.2- Agricultura familiar: trajetória e construção do conceito

O surgimento da expressão *agricultura familiar* inicialmente confluiu de duas trajetórias distintas, uma norte-americana e outra europeia. No caso brasileiro, a atual expressão *agricultura familiar* não surgiu, a princípio, de aportes teóricos e esforços acadêmicos, diferentemente da trajetória norte-americana e europeia. No Brasil, a expressão passa a existir no final do século XX, a partir de reflexos dos anseios dos movimentos populares advindo da organização política e participativa no campo, com representação e alcance nacional – em sua expressão maior os trabalhadores e trabalhadoras da agricultura representados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores e trabalhadoras na Agricultura (CONTAG). Essa forma organizada aglutinou força e demandas sociais e imprimiu esforços pela questão agrária, visando à criação de políticas públicas que viabilizassem o acesso e a permanência na terra, através do crédito fundiário, assim como outras linhas de crédito (Pronaf) e melhor assistência técnica para a agricultura familiar. Sobre o processo de participação dos movimentos sociais na construção e proposição de políticas públicas para o meio rural, Lima e Jesus (2006) sublinham que:

A nova proposta de Assistência Técnica e Extensão Rural foi construída de forma participativa, em articulação com diversas esferas do governo federal, ouvindo os governos das unidades federativas e suas instituições, assim como os seguimentos da sociedade civil, lideranças das organizações de representações dos agricultores familiares e dos movimentos sociais comprometidos com esta questão. [...], um destaque especial aos movimentos sociais, [...] suas reivindicações ganham status de força e ação propositiva (Idem, p.15).

O esforço organizacional explicitado na citação acima culminou com a promulgação de Lei nº 12.188 de 11 de janeiro 2010, que trata da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária. A mesma versa sobre questões conceituais relativas à agricultura familiar, e norteia as intervenções estatais para esse segmento não patronal da agropecuária brasileira (BRASIL/LEI, 2010).

Navarro (2010, p.189) apresenta, em suas narrativas teóricas, a partir de suas pesquisas, que a expressão *agricultura familiar* advém de uma trajetória, podendo ser apresentada em “duas histórias interpretativas distintas e principais, ambas se concretizando no período contemporâneo”. Uma norte-americana, intensificada entre as décadas de 1950 a 1980 do século passado, e a outra europeia, que ocorreu mais recentemente, a partir do final dos anos de 1980.

Para Navarro (2010, p.189), a expressão *agricultura familiar* emergiu inicialmente nos Estados Unidos, como foco de ações governamentais, repercutindo um histórico de colonização; esses novos habitantes passaram posteriormente a serem “identificados como farmers”. Logo, esses processos transformaram os colonos em produtores rurais, a partir de incentivos estatais, disponibilizando-lhes novas bases produtivas e os estimulando a integrarem os diversos mercados internos e a se apropriarem de uma participação ativa na economia. O governo, ao estimular o fortalecimento dos mercados internos, ambicionava o crescimento sólido da economia, algo interessante ao desenvolvimento nacional daquele país. Conforme, a seguir, esclarece Navarro (Idem):

Este processo se acelerou no período seguinte à independência americana, com as correntes migratórias de origem européia. A afirmação social e, principalmente econômica deste grupo de produtores, contudo, se daria somente no final do século XIX e, em especial, a partir dos anos 1930, com a crescente capacidade governamental de estimular um forte processo de transformação da base produtiva que acabou consagrando o ideário da agricultura moderna, sobretudo depois de 1940. Uma vez que o processo de colonização norte-americano consagrou as formas de produção sob gestão familiar, a literatura sociológica daquele país, desde os seus primórdios, se dedicou à agricultura familiar (Idem, p190).

Continuando com as contribuições de Navarro acerca da interpretação histórica do surgimento da expressão *agricultura familiar* na Europa, indica-nos esse teórico

que, no continente europeu, a produção agrícola sob gestão familiar recebeu o “interesse dos cientistas sociais antes mesmo de a expressão agricultura familiares passarem a ser usada com maior frequência, notadamente no Reino Unido e na França”. Navarro (Idem) faz menção de três fatos históricos ocorridos naquele continente, que perfizeram um caminho para se chegar ao entendimento de agricultura familiar para os europeus:

Primeiramente, destaque-se o fato de serem as regiões rurais da Europa ocupadas em tempo histórico de longa duração por populações camponesas[...].

Em segundo lugar, em alguns dos países mais influentes (como a Inglaterra ou a França), os ambientes intelectuais e acadêmicos foram fortemente influenciados por disputas teóricas mais plurais. Em especial, contavam com a presença do marxismo e suas leituras correspondentes sobre o desenvolvimento agrário.

Nos anos 1990, surgiu mais fortemente a terceira razão que carimbou uma característica tão específica à narrativa europeia sobre a agricultura familiar. Nesta década, a antiga Comunidade Econômica Europeia (CEE) se ampliou, e nasceu em fevereiro de 1992 a União Europeia (EU). Entre tantas consequências desta ampliação foram reforçadas as políticas para o meio rural, especialmente aquelas chamadas de reestruturação ou de reconversão produtiva, acelerando-se os processos de integração econômica dos produtores rurais e assim se reforçando a agricultura de base familiar. (NAVARRO, 2010, p.191-192).

Schneider (2003, p.99 -100) indica que, no Brasil, o termo *agricultura familiar* surgiu nos anos 90 do século passado, “embora tardiamente, se comparado à tradição dos estudos sobre esse tema nos países desenvolvidos”. Para esse teórico, dois eventos foram significativos, proporcionando impactos sociais e políticos que conseqüentemente contribuíram para a emergência da expressão *agricultura familiar* no Brasil: a) a efervescência dos movimentos sociais do campo; b) a criação do Pronaf. Os movimentos sociais travaram inúmeras lutas a partir de uma agenda focada nas questões agrárias, capitaneados pelo sindicalismo rural e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que, mais tarde, avançam em conquistas por consequência das inúmeras reivindicações e enfretamentos. Ao chamarem a atenção do Estado para sua causa, vislumbraram compromissos através da criação e implementação de políticas públicas diferenciadas para esse segmento da sociedade. O governo federal, em resposta aos movimentos sociais, instituiu o programa nacional para fortalecer a agricultura familiar, possibilitando

acessos a créditos agrícolas com subsídios e juros menores e apoio institucional por meio da Assistência Técnica e Eextensão Rural (ATER). Os trabalhadores e trabalhadoras rurais, ou camponeses e camponesas, foram historicamente marginalizados, até a década de 1980, dos processos que envolviam políticas públicas e acesso a créditos para fomento no campo, em detrimento, quase que exclusivamente, ao *agrobusiness* gerador de vultosas *commodities*, meta prioritária da economia capitalista.

Para Schneider (Idem), além dos dois elementos acima citados, que influenciaram diretamente no surgimento e uso da expressão *agricultura familiar* no Brasil, ainda se apresenta um terceiro aspecto não menos importante, mas que incidirá sobre o significado dessa expressão. Para esse autor, “surpreendentemente a partir da segunda metade da década de 1990, assistiu-se a uma relativa retomada dos estudos agrários no Brasil”, proporcionando uma reorientação dos debates acadêmicos acerca da nova ruralidade¹¹ brasileira. Esse cenário permitiu a construção de novos escopos temáticos, retomando as reflexões sobre a agricultura, não apenas na perspectiva produtiva, mas também considerando as mudanças que estavam ocorrendo no meio rural, permitindo um entendimento do rural com pluriatividades, ou seja, uma redefinição de rural indo além da agropecuária.

A partir dessas discussões, Schneider indica que a significação de agricultura familiar não pode ter uma definição restrita apenas a produção agropecuária; ela defende, a partir dos conceitos de pluriatividade por ele elaborado, que, para se conceituar *agricultura familiar*, se deve, ao mesmo tempo, considerar as atividades cotidianas realizadas nas áreas externas a unidade familiares. Para esse teórico, as atividades externas não descaracterizam o conceito de agricultura familiar. Por esse prisma, a compreensão do termo passa a ser ampliada, considerando as novas atividades ou a pluriatividades desempenhadas pelos agricultores e agricultoras familiares (SCHNEIDER, 2003 e 2009).

A partir do entendimento conceitual da pluriatividade, passa-se a considerar, no cotidiano da agricultura familiar, o que se faz, além do cultivo da terra e da criação de animais, ou seja, a agricultura e pecuária, até então atividades exclusivas para se definir agricultura familiar. A partir desse entendimento, as atividades laborais remuneradas que são exercidas nas áreas urbanas, externas à unidade familiar,

¹¹ Para aprofundamento sobre novas ruralidades brasileiras, acessar: Abromovay (2009); Silva (2002); Campanhola e Silva (2000) e Veiga (2003).

pelos que compõem núcleo familiar rural, passam também a ser, conservando a titulação de agricultores e agricultoras familiares, desde que conciliem as atividades internas e externas e permaneçam residindo na área rural. A seguir, definição de pluriatividade, base para conceituação de agricultura familiar defendido por Schneider (2003):

Pode se definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias que habita, no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade seja decorrente de fatores que lhe são exógeno, como mercado de trabalho não agrícola, ela pode ser definida como uma prática que depende de decisões individuais ou familiares. Interessa, pois, avaliar o significado econômico, o sentido sociocultural da consolidação da pluriatividade em famílias que residem no espaço rural e se integram em outras atividades ocupacionais, combinado-se com a atividade agrícola. [...] a pluriatividade se tornou uma das estratégias de sobrevivência. Assim, a discussão teórica acerca da pluriatividade deve envolver o debate mais amplo sobre a persistência da forma familiar de trabalho e de produção no interior do capitalismo (SCHNEIDER, 2003, p.112).

A partir das contribuições teorizadas por Schineider (2003), o conceito de agricultura familiar é ampliado, sendo assim, agricultor e agricultora familiares não é apenas aquele que reside e desempenha atividades comuns ao meio rural, como sempre o fez, agricultura e pecuária, entre outras. Passando também a serem acatadas as atividades realizadas fora da unidade familiar, podendo ser nas áreas urbanas ao desempenhar concomitantemente atividades outras diferentes das tradicionais da zona rural, permanecendo inalterado o enquadramento de agricultor e agricultora familiares. Isso revela estratégias para se reproduzir socialmente em um sistema complexo de economia capitalista global ao quais todos, inclusive os agricultores e agricultoras, são perpassados.

Passaremos a apresentar a concepção de agricultura familiar a partir do aporte teórico visto em Abromovay (1997; 2000). Na história recente do Brasil, a expressão *agricultura familiar* era usada comumente, inclusive nos documentos oficiais, de forma confusa e desordenada e com feitiço equivalente a “agricultura de baixa renda, pequena produção, agricultura de subsistência”. A expressão *pequenos produtores* também foi usada largamente pelo movimento sindical rural na época. Para esse

autor, o uso desses termos acima mencionados indicam um juízo prévio que não leva em conta os aspectos significativos que a agricultura familiar proporciona ao desenvolvimento do Brasil, conforme citação a seguir:

Pequena produção, agricultura de baixa ou de subsistência envolvem um julgamento prévio sobre o desempenho econômico destas unidades. Em última análise aquilo que se pensa tipicamente como pequeno produtor é alguém que vive em condições muito precárias, que tem acesso nulo ou muito limitado ao sistema de crédito, que conta com técnicas tradicionais e não consegue se integrar aos mercados mais dinâmicos e competitivos. Que milhões de unidades chamadas pelo Censo Agropecuário de “estabelecimento” estejam nesta condição, disso não há dúvidas. Dizer, entretanto que estas são as características essenciais da “agricultura familiar” é desconhecer os traços mais importantes do desenvolvimento agrícola tanto no Brasil como em países capitalistas avançados nos últimos anos (ABROMOVAY, 1997, p.74, grifos do autor).

Segundo Abromovay (*Idem*), a construção teórica apresentada por Ruth Gasson e Andrew Errington, em seu livro que o título *Family Farm Business*, é bastante precisa ao destacar seis características fundamentais na constituição conceitual e conseqüente definição da expressão *agricultura familiar*. Eles também defendem que “é com base na agricultura familiar que se constitui a potência agrícola” nos países de economia capitalista. Essas características básicas que definem e conceituam a agricultura familiar são plenamente apropriadas por Abromovay, passando a nortear suas construções e dando sentido à expressão *agricultura familiar*. A seguir, as seis características apresentadas por Gasson e Errington (*apud* ABROMOVAY, 1997, p.74):

- 1ª- A gestão é feita pelos proprietários;
- 2ª- Os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco;
- 3ª- O trabalho é fundamentalmente familiar;
- 4ª- O capital pertence à família;
- 5ª- O patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família;
- 6ª- Os membros da família vivem na unidade produtiva.

Em Abromovay (2007, p.22), a conceituação de agricultura familiar contempla sua conexão aos mercados amplos, passando a ser percebida enquanto “[...] uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais”. Ele

também defende a superação da definição popular, quase que comum, de que agricultura familiar é sinônimo de pequenez e pobreza. Pelo contrário, é estratégica e fundamental para ocupação do espaço rural e para a produção de alimentos, inclusive supera a produção do setor patronal. Abromovay considera estabelecimento familiar aquele em que a mão-de-obra é exclusivamente familiar, onde a mesma passa a ser trunfo determinante para a formação de uma sociedade civil na zona rural, organizada a partir do próprio espaço rural, realizando lutas e buscando superar as desigualdades existentes no campo, algo vital ao desenvolvimento para todo o conjunto da sociedade (Idem, 1997 e 2000).

A agricultura envolve não só o aspecto produtivo, mas também uma estratégia de desenvolvimento descentralizado e voltado à ocupação equilibrada do território, as unidades familiares apresentam um trunfo decisivo: elas podem ser a base de formação de uma **sociedade civil no meio rural**, daquilo que aparece frequentemente como termos antagônico: **a cidadania no campo**. Não é sem razão que no sul do país, onde o peso social e econômico da agricultura familiar é, em geral, superior ao do setor patronal, se observam os embriões de organizações locais que poderão contribuir de maneira importante com uma nova visão do papel do espaço rural na luta contra as desigualdades (ABROMOVAY, 1997, p. 77, grifos do autor).

Existem algumas dezenas de definições de agricultura familiar, distribuídas nas variadas bibliografias disponíveis, apontando diferentes tipologias para categorizar a modalidade. Baiardi (apud ALTAFIN, 2012) estabelece cinco tipologias para categorização da agricultura familiar. Para esta definição, o fator determinante é a forma de acesso ao mercado. São elas:

Tipo A: Tecnificada, com forte inserção mercantil. É predominante na região de cerrado, geralmente ligado a produção de grãos;

Tipo B: Integrada verticalmente em complexos agroindustriais – aves e suíno, por exemplo. E mais recentemente em perímetro irrigados voltados à produção de frutas;

Tipo C: Agricultura familiar tipicamente colonial – Rio grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais – ligados à policultura combinando lavoura, pomares com a pecuária e a criação de pequenos animais;

Tipo D: Agricultura familiar semi-mercantil – predominante no nordeste e no sudeste;

Tipo E: de origem semelhante ao do tipo D, porém caracterizada pela marginalização do processo econômico e pela falta de horizontes (Idem, p.13-14).

O governo brasileiro define formalmente o conceito e institucionaliza a agricultura familiar através da Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Encontra-se, nessa lei, o estabelecimento de garantia para acesso ao crédito, infraestrutura, assistência técnica e extensão rural, pesquisa, comercialização, seguro, legislações diversas, estímulos ao cooperativismo e associativismo, promoção da educação, capacitação e a profissionalização no meio rural, entre outros aspectos. O artigo 3º apresenta características conceituais para definição da agricultura familiar pelo Estado brasileiro, a seguir (BRASIL/LEI, 2006):

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo poder executivo;

IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL/LEI, 2006, p.1).

Com a promulgação da Lei nº 11.326 (Idem), a agricultura familiar passa a ser reconhecida como importante setor produtivo para cultivar alimentos *in natura* e insumos para o setor industrial. Torna-se notória a convergência de atenção que vem sendo direcionada para fortalecer a agricultura familiar. O Estado, por sua vez, intervém através das diversas políticas públicas específicas para esse setor, a exemplo do Pronaf, direcionando apoio financeiro para as atividades agropecuárias e não agropecuárias exercidas com o emprego direto da força de trabalho da unidade familiar rural.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) fundamenta-se no Censo Agropecuário 2006 (BRASIL/MDA, 2009), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e apresenta dados que indicam que a agricultura familiar é a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira, produzindo aproximadamente 70% dos alimentos da cesta básica. Sendo a principal fornecedora dos alimentos básicos da população brasileira, a agricultura familiar é responsável pelos cultivos de: 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz. Também apresenta um bom desempenho na produção de proteína animal, lançando, no consumo direto, 58% de leite, 50% de aves de corte,

59% de suínos e 30% de bovino de corte. Os agricultores e agricultoras familiares somam 4,3 milhões de estabelecimentos no Brasil, representando 84,4%, onde aproximadamente 50% ficam no Nordeste. Esses estabelecimentos rurais absorvem 74% da mão de obra – cerca de 12,3 milhões de pessoas – e respondem por 32% do PIB das cadeias produtivas do agronegócio.

Segundo o MDA (BRASIL/MDA, 2007), para se alcançar esses números, houve uma ampliação dos serviços prestados por esse ministério, inclusive inúmeros investimentos na assistência técnica e extensão rural. Por exemplo, em Pernambuco, com o início do Governo Lula, saltou de 600 mil por ano para os atuais 14 milhões de reais, apenas para a instituição oficial de assistência técnica e extensão rural, sem considerar as ONGs que também atuam nessa área. O resultado, em todo o país, foi o aumento significativo dos agricultores e agricultoras atendidos nos últimos anos, avançando de 291 mil para mais de 2,3 milhões famílias, com mais de 24 mil técnicos em campo.

2.3 - Desenvolvimento local: trajetória histórica e influências na agricultura familiar

As preocupações e debates envolvendo o modelo adotado mundialmente de desenvolvimento e suas consequências se intensificaram a partir da segunda metade do século XX. Nesse período, surge o Clube de Roma, que tem, em seu rol de membros, representantes de inúmeros países, entre eles o Brasil. O Clube de Roma foi uma das primeiras iniciativas organizadas a promover discussões relacionadas a meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Em 1972, esse grupo patrocinou estudos que culminariam com o relatório intitulado *Os limites do crescimento*, também conhecido como relatório do Clube de Roma ou apenas relatório de Meadows (1972). Esse relatório versava sobre problemas nevrálgicos para o desenvolvimento da humanidade, dentre eles: energia, poluição, saneamento, saúde, meio ambiente, tecnologia e crescimento populacional. O relatório do Clube de Roma propõe o crescimento zero, ao detectar a pressão populacional sobre o meio ambiente, percebida a partir da industrialização extremamente acelerada aliada ao rápido crescimento demográfico, impactando diretamente no esgotamento dos recursos naturais disponíveis no meio ambiente.

Em 1983, após 10 anos da conferência de Estocolmo e com a pretensão de manter e promover discussões na perspectiva da sustentabilidade, a ONU direciona estudos nas áreas de meio ambiente e desenvolvimento, resultando no documento intitulado *Nosso Futuro Comum* ou mais popularmente conhecido como o Relatório de Brundtlandt. O grupo de trabalho que conduziu esses estudos foi presidido pela diplomata norueguesa Gro Harlem Brundtlandt, daí o nome do relatório. O documento destacou problemas relativos ao meio ambiente, contemplando o aquecimento global e os efeitos à camada de ozônio. Como possíveis soluções, são apontadas medidas como a diminuição do consumo de energia, consumo consciente, investimento científico em novas tecnologias com fontes energéticas renováveis e ecologicamente adaptáveis (JACOBI, 1999).

O Relatório Brundtland apresenta outro caminho para o desenvolvimento, olhando o mesmo a partir da sustentabilidade, e o indica como um processo, em que o principal lema seria perceber o desenvolvimento como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas necessidades” (RELATÓRIO BRUNDTLANDT, 1991). É nesse momento histórico que a conceituação de desenvolvimento sustentável passa a ser mais claramente definida e conseqüentemente divulgada. O relatório também aponta para a incompatível relação entre sustentabilidade e padrões de consumo da sociedade contemporânea, indicando a necessidade de rever a relação do ser humano e o meio ambiente. Diferente das observações do Clube de Roma, que indica o crescimento zero, o Relatório Brundtland indica a continuidade das relações de produção, consumo e meio ambiente, de forma equilibrada contemplando o bem estar social e a preservação ambiental (JACOBI, 1999).

Para Leff (2007), a problemática ambiental vai além do domínio do social, econômico e natural, nem se limita a formulações teóricas gerais; nessas reflexões, deverá ser observado que ambos os sistemas estão imbricados, possuindo autonomias e interdependências simultaneamente. O saber ambiental ultrapassa a racionalidade científica e a objetividade do conhecimento, proporcionando, no surgimento de novas estratégias conceituais, que valorizam um conjunto de saberes sem a pretensão de cientificidade. A emergência da questão ambiental conduz e requer mudanças de referenciais ideológicos. Sobre isso, a conceituação de sustentabilidade ultrapassa a relação produção, consumo e meio ambiente, estabelecendo conciliações que contemplem o bem estar social e a preservação

ambiental permanente para as gerações atuais e futuras, ou seja, a sustentabilidade contempla e persegue constantemente melhores condições para a vida, observando e respeitando as leis da natureza. Continua Leff (*Idem*) sobre o saber ambiental:

O saber ambiental é um saber enraizado na organização ecossistêmica da natureza, mas está sempre incorporado à subjetividade e à ordem da cultura. [...] O saber ambiental implica colocar em jogo a subjetividade na produção de conhecimentos e traz consigo uma apropriação subjetiva do saber para ser aplicado em diferentes práticas e estratégias sociais. [...] O saber ambiental é movido pela pulsão de conhecimento, mas surge como um saber personalizado, definido por interesses, sentidos existenciais e significados culturais de sujeitos históricos [...] (LEFF, 2007, p. 192).

O desenvolvimento com sustentabilidade persegue a busca pelo equilíbrio harmonioso entre os homens e a natureza, ou seja, uma sintonia entre as necessidades dos seres humanos, considerando a equidade e a estabilidade dos ciclos produtivos dos ecossistemas. Sustentabilidade significa construir possibilidade, a partir da intervenção humana, visando a ampliar as condições de bem estar para a humanidade atual, assim como das populações futuras, percebendo-se parte de um ecossistema, que dele necessita e que deve preservá-lo (LEFF, *Idem*).

A sustentabilidade dos agroecossistemas envolvidos por relações humanas de produção, consumo e natureza necessitam de abordagens preservacionistas constantes, perseguindo melhores condições de vida em harmonia com o meio ambiente. Sobre sustentabilidade do meio ambiente, percebido enquanto essencial à vida, Cavalcanti (1994b) destaca:

Sustentabilidade significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema. Numa situação sustentável, o meio ambiente é menos perceptivelmente degradado, embora, como sabemos, o processo entrópico nunca cesse, procedendo invisível e irrevogavelmente e levado ao declínio inflexível do estoque de energia disponível na terra. Esta é essencialmente a natureza do problema ecológico. Por isso, é muito difícil imaginar como a queima de combustíveis fósseis pode ocorrer no âmbito de um contexto sustentável. O conceito de sustentabilidade equivale à idéia de manutenção de nosso sistema de suporte a vida. Ele significa comportamento que procura obedecer às leis da natureza. Basicamente, trata-se do reconhecimento do que é biofisicamente possível em uma perspectiva de longo prazo (CAVALCANTI, 1994b, p. 99).

As discussões acerca do desenvolvimento sustentável passam a ganhar alcances globais com a conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, também conhecida por ECO-92, Rio-92 ou Cúpula da Terra. Essa conferência reuniu lideranças de 179 países e ocorreu na cidade do Rio de Janeiro em 1992. As discussões partiram da constatação de que o modelo de desenvolvimento econômico até então amplamente adotado e defendido como principal vertente para o desenvolvimento não mais satisfazia. Ideia essa prevalecente, conforme Clóvis (Idem, p. 99) indica: “ficar rico o mais rápido possível constitui o tributo *par excellence* da noção prevalecente de desenvolvimento”, e, de fato, o desenvolvimento gerou riquezas e fortuna para uma minoria, isso em detrimento de muita miséria, exploração humana e ambiental. Através do uso predatório dos recursos naturais na lógica da ampliação máxima dos lucros via aumento da produtividade, houve intensificação da monocultura, relações trabalhistas precárias e, em alguns casos, análogas ao escravismo, uso indiscriminado de adubos e defensivos químicos. O resultado desse modelo de desenvolvimento apenas na perspectiva econômica proporcionou o crescimento da miséria, exclusão social e uma crescente degradação ambiental; em muitos casos, levou à esterilização da terra, sendo de fácil comprovação ao observamos o avanço de enormes áreas de desertificação (BANCO DO BRASIL, [200-]).

Para Jesus (2006, p.25 - 29), a ação humana junto aos ecossistemas deve priorizar a plena sustentabilidade dos recursos humanos e naturais; dessa forma, ao se buscar suprir as necessidades atuais dos seres humanos, não será comprometido o futuro das próximas gerações. Ou seja, a inclusão sustentável está diretamente relacionada ao desenvolvimento sustentado no campo ambiental, social e econômico, sem agredir os ecossistemas, usando os recursos naturais de forma inteligente para que eles continuem disponíveis para as gerações futuras.

As proposições resultantes da conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento, a ECO 92, chegaram à indicação de se promover uma mobilização mundial para implementação do desenvolvimento sustentável, a partir da formulação e conseqüente implantação da Agenda 21, por meio da qual se aponta estratégias para alcançar um ambiente mais equilibrado nas relações complexas que envolvem aumento da demanda consumidora advinda do crescimento populacional, refletida em degradação ambiental, pobreza, desperdício

e diversos conflitos em torno da exploração e preservação dos recursos naturais (BRASIL/MMA, 2005).

A Agenda 21 (BRASIL/MMA, 2005; NOVAES, 2000) constitui-se em um dos principais referenciais de princípios e valores que contemplam os ideais do desenvolvimento sustentável, tornando-se um dos principais canais para envolver todo o conjunto da sociedade na efetivação do desenvolvimento sustentável do local. O documento apresenta, nos itens 1.1, 1.3, 1.4 e 1.6, em seu preâmbulo, os principais desafios, estratégias e metas para a humanidade (BRASIL/MMA, 1992), entre eles:

1.1 - a humanidade se encontra em um momento de definição histórica. Defrontamo-nos com a perpetuação das disparidades existentes entre as nações e no interior delas, o agravamento da pobreza, da fome, das doenças e do analfabetismo, e com a deterioração contínua dos ecossistemas de que depende nosso bem-estar. [...] São metas que nenhuma nação alguma pode atingir sozinha; juntos, porém, podemos em uma associação mundial em prol do desenvolvimento sustentável.

1.3 - A agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental. [...] O êxito de sua execução é responsabilidade, antes de mais nada, dos governos. Para concretizá-la, são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os processos nacionais.

1.4 - O cumprimento dos objetivos da agenda 21 acerca de desenvolvimento e meio ambiente exigirá um fluxo substancial de recursos financeiros novos e adicionais para os países em desenvolvimento destinados a cobrir os custos incrementais necessários às ações que esses países deverão empreender para fazer frente aos problemas ambientais mundiais e a acelerar o desenvolvimento sustentável [...].

1.6 [...] A Agenda 21 é um programa dinâmico. Ela será levada a cabo pelos diversos atores segundo as diferentes situações, capacidades e prioridades dos países e regiões e com plena observância de todos os princípios contidos na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento [...]. Esse processo assinala o início de uma nova associação mundial em prol do desenvolvimento sustentável (BRASIL/MMA, 1992, p. 1 e 2)

No capítulo 14 da Agenda 21 Global (*Idem*), trata-se especificamente da promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável. Esse capítulo indica a “obtenção da participação popular na promoção do desenvolvimento de recursos humanos para a agricultura sustentável”. As preocupações com o desenvolvimento

sustentável das áreas rurais e agrícolas se tornam emergentes a partir das previsões de que, no ano de 2025, 83% da população mundial chegará a 8,5 bilhões de habitantes no planeta. Diante desse dado, teme-se que a capacidade e os recursos tecnológicos disponíveis não satisfaçam as exigências alimentares e outras necessidades da população. As áreas agricultáveis estão diante de um desafio: se, por um lado, o aumento da produção poderá levar à exaustão, se permanecerem sendo manuseados a partir da orientação tradicional capitalista, pelo uso da monocultura, insumos químicos e similares, por outro lado há projeções de que, se nada for feito, a produção de alimentos para a população será comprometida.

A seguir, o item 3 do capítulo 14 da Agenda 21 Global indica os principais instrumentos do desenvolvimento rural e agrícola sustentável, com vistas a garantir a produção e o sustento alimentar das populações em equilíbrio com o meio ambiente:

Para assegurar o sustento de uma população em expansão é preciso dar prioridade à manutenção e aperfeiçoamento da capacidade das terras agrícolas de maior potencial. [...] Os principais instrumentos do desenvolvimento rural e agrícola sustentável são a reforma da política agrícola, a reforma agrária, a participação, a diversificação dos rendimentos, a conservação da terra e um melhor manejo dos insumos. O êxito do desenvolvimento rural e agrícola sustentável dependerá em ampla medida de apoio e da participação das populações rurais, dos governos nacionais, do setor privado e da cooperação internacional, inclusive da cooperação técnica e científica (BRASIL/MMA, 1992, p. 72).

A ideia contida na Agenda 21 de promover o desenvolvimento da agropecuária de forma sustentável revela a necessidade de preservar os recursos naturais, assim como fornecer produtos que não prejudiquem o meio ambiente e a saúde. Dessa forma, passem a fornecer alimentos mais saudáveis, garantindo a segurança alimentar (BRASIL/MMA, 1992 e 2005).

Com a constatação de movimento em nível global, discutindo outro modelo de desenvolvimento, com foco na sustentabilidade, destaca-se o meio local. Entendendo-se que o local impacta no global, logo o local intui-se como fundamental para que ocorra desenvolvimento sustentável, e o mesmo passa também a ser percebido como um envolvimento político, que se refere à ampla participação dos diversos indivíduos, em especial os segmentos da sociedade que sempre estiveram excluídos dos processos locais.

O conceito de desenvolvimento local, segundo Zapata (2000, p. 116), “se apoia na ideia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escala não explorada”. O desenvolvimento a partir do local proporciona o empoderamento que resulta no fortalecimento da comunidade local, e esse ato de fortalecer o local passa a ser essencial para que haja desenvolvimento sustentável. O processo de empoderamento acomoda novos conhecimentos e amplia os já existentes, como: autonomia, democracia, participação popular, busca da dignidade da pessoa humana, solidariedade, equidade e respeito ao meio ambiente, entre outros.

A concepção de empoderamento, a partir de Friedmann (*apud* FREY, 2001, p.15), contempla princípios como a “autoconfiança local, a democracia participativa direta e a aprendizagem social baseada na experiência, no popular empoderamento ou coletivo auto capacitado”. Conforme intui o teórico acima, a compreensão de empoderamento parte do nível local e, nessa perspectiva, se contemplam condições necessárias para a efetiva melhoria da qualidade e vida. Também sobre essas influências teóricas, Frey (Idem) percebe o empoderamento como fator imprescindível para um “desenvolvimento alternativo com ênfase na autonomia de tomada de decisão das comunidades territorialmente organizadas”. Logo, o empoderamento proporciona a participação mobilizadora a partir da base local, transformando o poder social do local em poder político, que aglutina forças emancipatórias, partindo do nível local com alcance global.

Desenvolvimento local é um processo orgânico, um fenômeno humano, portanto não padronizado, envolve os valores e comportamentos dos meio locais. Suscita práticas imaginativas, atitudes inovadoras, espírito empreendedor, conclama a adoção de parceiras para mobilizar os recursos e as energias, busca-se a melhoria da qualidade de vida da população, maior participação nas estruturas de poder, ação política com autonomia e independência, compreendendo o meio ambiente como ativo de desenvolvimento. O desenvolvimento endógeno enfatiza a mobilização de recursos latentes na região, privilegia o esforço de dentro para fora, nesse processo que tem como princípio o compartilhamento de recursos e de benefícios socioeconômicos, políticos ou ambientais. Daí a necessidade de articular parcerias entre instituições, devendo ser permanente a produção e elevação do conhecimento da comunidade local. Esse processo busca contribuir para uma nova forma de gestão pública, a partir dos municípios, pela presença da nova figura do

gestor social, contrapondo-se à figura tradicional de prefeitos clientelistas, centralizadores ou simples administradores de recursos. O novo gestor deve também animar e facilitar o desenvolvimento do local, estimulando a participação com atitude democrática e transparente (ZAPATA, 2000, p. 115 a 128).

O desenvolvimento local tem como principal meta implementar a melhoria da qualidade de vida da população, maior participação nas estruturas de poder, ação política com autonomia e independência, compreensão do meio ambiente como ativo de desenvolvimento e construção de novos paradigmas éticos que apontem para modelos de desenvolvimento mais sustentáveis, que contribuam para a felicidade e a realização humana. O enfoque no desenvolvimento local pressupõe organização política e social, permitindo que todos os indivíduos passem a ser protagonistas de processo de transformação a partir do próprio local.

Lima e Figueiredo (2005) apresentam algumas considerações sobre o que deve contemplar o desenvolvimento local, como segue:

Uma proposta de desenvolvimento local [...] deve atender as suas especificidade de solo, clima, vegetação, para a produção, mas também deve considerar as suas raízes culturais, suas formas de organização, suas estratégias de sobrevivência e reprodução social. Deve contemplar uma estratégia educativa cidadã, que trabalhe a auto-estima, que valoriza o seu conhecimento, que integre suas forças com outras forças, que viabilize prioritariamente sua própria reprodução (LIMA; FIGUEIREDO, 2005, p.80)

Franco (2000, p.54) indica que precisamos de um desenvolvimento local integrado e sustentável, dessa forma “a consciência da comunidade e uma consciência da interdependência, quer dizer, a consciência de que o sucesso de todos depende do sucesso de cada um e vice-versa”. Essa consciência proporcionará cidadãos envolvidos em processos orgânicos e não padronizados, que tendem a considerar as realidades existentes no local, passando a se relacionar com o devido respeito aos limites compatíveis com a sustentabilidade. Tudo isso envolve valores e comportamentos dos participantes, suscita práticas imaginativas, atitudes inovadoras, espírito empreendedor. Essas atitudes conclamam maior participação nas estruturas de poder, ações políticas com autonomia e independência, adoção de parceiras para mobilizar os recursos e as energias na busca de melhor qualidade de vida para população que está inserida no meio ambiente.

O desenvolvimento local integrado e sustentável se apresenta com uma alternativa, ou seja, é um caminho para se superar a pobreza e a exclusão social, isso porque incide na comunidade local e sobre as condições de vida da população que vive em plena marginalização social, potencializando políticas públicas, assim como ações não-governamentais em que ambas visam à melhoria das condições de vida dessas populações. Para Franco (Idem, p.86), essas intervenções são motivadoras para “melhorar índices de habitação, saneamento, educação, morbidade e mortalidade, estado nutricional e emprego e renda”. O desenvolvimento local integrado e sustentável é visto também, por esse teórico, como estratégia para contribuir com o desenvolvimento sustentável do país. A partir de processos constantes e dinâmicos, o desenvolvimento local consequentemente incidirá no global e vice e versa, conforme, a seguir, sublinha Franco (2000).

[...] fatores econômicos e extra-econômicos do desenvolvimento – renda, riqueza, conhecimento e cultura, poder ou empoderamento e meio ambiente – são variáveis que sempre estão presentes, mas que se combinam de uma maneira desconhecida. E que, portanto, promover o desenvolvimento significa investir em todos estes fatores simultaneamente. O objetivo deste investimento concomitante e integrado é criar as condições para que o fenômeno do desenvolvimento ocorra: o surgimento de novos e múltiplos laços de realimentação de reforço que façam com que mais capital humano (conhecimento) gere mais capital empresarial (riqueza), que gere mais renda, que gere mais capital humano *et coetera*, desencadeando círculos virtuosos e “rodando” neste círculo, por assim dizer, por conta própria. O que se chama de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável nada mais é do que uma metodologia, *lato sensu*, para desencadear esse processo (FRANCO, 2000, p.80 e 81)

No Brasil, persiste a concentração de terra aliada ao modelo de desenvolvimento que historicamente vem sendo praticado, o que gerou profunda pobreza, em especial nas áreas rurais. O acesso à terra e aos bens de capital deveria ser um direito de todos os agricultores e agricultoras; as restrições de acesso à terra fazem parte dos direitos negados, com raízes no sistema escravocrata, mantendo-se presente na atual sociedade. Essa herança nos proporciona as mais graves formas de desigualdade, inclusive na forma de participação.

Nesse contexto, a organização política representativa da agricultura familiar vem consolidando um caminho na perspectiva emancipatória para esse segmento,

através do empoderamento que expressa a descentralização com maior autonomia nos poderes locais em seus vários níveis hierárquicos, possibilitando participações com maior liberdade da comunidade no diversos fóruns, objetivando mudanças na estrutura local – política, econômica, social, ambiental. Logo, surgirão novos enfoques sobre o modelo de desenvolvimento ideal, considerando a realidade local em conformidade com o paradigma sustentável de desenvolvimento, percebendo o paradigma sustentável como relações em constante equilíbrio harmonioso entre as necessidades humanas em sintonia com os limites e capacidades da natureza, mantendo o meio ambiente em condições de satisfazer todo ecossistema.

Dessa forma, o processo de empoderar os sujeitos no âmbito do desenvolvimento local resultará na ampliação de capacidades e competências políticas para que a comunidade local possa: opinar, sugerir e/ou decidir sobre suas demandas e questões a que estão diretamente ligados. Em decorrência desse processo, surgirão elaborações de alternativas que reforcem um efetivo desenvolvimento local. Ao citar o desenvolvimento a partir do local, intuimos que o crescimento econômico será dinamizado pela articulação e uso, de forma equilibrada, do capital natural, social, cultural e humano, esses existentes e fortalecidos na localidade. Logo, a noção de desenvolvimento local, aqui tratada, contempla plenamente a noção de sustentabilidade.

CAPÍTULO 3 – Conselhos gestores populares

3.1 – Conselhos gestores: conceituações

Conselhos gestores com a participação política da sociedade civil são a grande novidade nos processos de mobilização popular. Para Gohn (2011, p.39), essa nova esfera pública, que comporta a interação entre indivíduos organizados provenientes “das mais diversas entidades, organizações, associações, movimentos sócias etc,” proporciona o surgimento de ambientes propícios para o enfrentamento político em detrimento dos interesses coletivos. Nesse sentido, o conselho “é um espaço para o debate, face a face, dos problemas coletivos da sociedade”. Aqui no Brasil, esse processo tornou-se mais intenso a partir dos anos de 1980, ocasionando avanços na organização e notória mobilização da sociedade civil.

Para Vendramini (2010, p.87), os conselhos surgem historicamente em momentos de crise. Ela defende que os conselhos são instrumentos de descentralização do poder pelas vias da participação popular. “No Brasil, a origem de conselhos foi em experiências informais realizadas por movimentos sociais ou como estratégia de lutas operária”. A autora ainda sublinha que historicamente os conselhos surgiram no mundo enquanto instituição de participação, e os mesmos derivam de três situações distintas:

A primeira resulta de organizações revolucionárias: Revolução Francesa (1789); conselhos da Comuna de Paris (1871); os Soviets de Petrogrado (1905) e a Revolução Russa (1917). Na segunda situação os conselhos tornam-se organização do poder nos locais de trabalhos, assumindo a forma de assembleias operárias [...]. A terceira surgiu como instancia de negociação de demandas dos trabalhadores e trabalhadoras nos países de capitalismo avançado (Idem, p.87).

Vendramini (idem, p.89), sublinha que “os conselhos foram criados para o exercício da cidadania”, considerando que esse ajuntamento de pessoas, de forma organizada, propicia, dinamiza e fortalece práticas democráticas, e são exercidas em seu cotidiano das inúmeras relações políticas em que estão inseridos. Segundo essa autora, as ações desenvolvidas no cotidiano dos conselhos apresentam elementos da democracia, pelas vias diretas e indiretas simultaneamente, ao tempo em que os

cidadãos decidem diretamente cada assunto, pela via do convencimento para consenso, e, quando isso não ocorre, buscam por meio de votação. Esse avanço foi possibilitado aos ambientes e setores da população que foram historicamente excluídos da participação. Ela ainda indica que a “participação direta nos conselhos não se realiza de forma individual, mas sob representação, através de membros eleitos de organização da sociedade civil, o que é elemento da democracia indireta”.

A participação ativa da sociedade nos conselhos resultou em elevado nível de organização, proporcionando mobilizações mais eficazes junto às inúmeras organizações de base, em sua grande maioria associações populares. Essa forma mais eficaz de atuar dos conselhos deveu-se aos processos de empoderamento¹² proporcionados aos indivíduos que dele fazem parte nesse novo espaço de participação. Nesse sentido, Callou e Tauk Santos (2006, p.73), ao analisarem uma experiência do PRORENDA¹³, enquanto estratégia governamental realizada para construção do desenvolvimento local, destacam “o empoderamento como um elemento básico que possibilita às associações melhorarem a capacidade individual e coletiva para atuarem no cenário público com vistas à construção do desenvolvimento local”. Para isso, os conselhos estabelecem diversas estratégias geradoras de empoderamento; entre elas, são utilizados alguns mecanismos da comunicação¹⁴ popular, que contribuem fortemente para originar a emancipação individual através do alargamento da consciência coletiva, em que ambas são necessárias para superação da dependência e dominação política. Dessa forma, a tomada de consciência coletiva, que supera a individual, proporciona o empoderamento dos indivíduos e eles conseqüentemente passam a agir de forma coletiva em busca do bem comum.

A temática do empoderamento em questão proporciona aos agricultores e agricultoras familiares, em face aos sujeitos representantes do Estado que atua nos

¹² Empoderamento: temática antes abordada nas páginas 34 e 35.

¹³ Em 17 de dezembro de 1999 através da Lei estadual 11.722, foi instituído o fundo de crédito PRORENDA RURAL - PE, subordinado à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social de PE. Com objetivo de fornecer suporte financeiro a atividades de agricultura familiar e pesca artesanal na Zona da Mata de Pernambuco, através do Projeto de Viabilização de Espaços Econômicos para População de Baixa Renda - PRORENDA RURAL.

¹⁴ Sobre mecanismos de participação popular na comunicação, Peruzzo (1997, p.245) indica vários tipos de instrumentos utilizados na comunicação popular, podendo ser interpessoais, massivos e dirigidos, dos mais simples aos mais sofisticados, dentre eles: “boletins informativos, panfletos, alto-falante, faixa, cartaz, contato pessoal, cartilha, teatro, jornal mural, carro de som, cassete-forum, música, fotografia, vídeo, rádio, televisão, fax, computadores” e redes virtuais.

conselhos, momentos de relações tensionadas que se constituem num campo de poder específico, conforme conceito de campo visto em Bourdieu (1989; 2010). Para esse autor, campo representa espaço simbólico no qual as lutas entre os agentes determinam, validam e legitimam representações. Nesse sentido, campo é um espaço social onde ocorrem enfrentamentos, conforme segue:

[...] O espaço social global como um campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvido, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de força, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura (Idem, 2010, p.13).

Esse novo paradigma de agregação de indivíduos proporcionou lutas mais intensas por demandas populares conduzidas sob forte pressão da sociedade civil, que sempre esteve envolvida em ações a favor da redemocratização do Brasil. Concomitantemente aos esforços pela redemocratização, houve um intenso processo de descentralização política promovida pela reforma do Estado¹⁵.

Sobre o desdobramento da reforma do Estado, Basso (2004) destaca o processo de descentralização enquanto fenômeno que se generalizou na América Latina e nos países desenvolvidos. No caso brasileiro, esse processo foi marcado por lutas sociais visando à abertura de espaço político nas áreas públicas não estatais, proporcionando ambiente político e condições legais para o surgimento dos conselhos. Basso (Idem) indica duas forças impulsionadoras de todo esse processo. De forma resumida, essas forças são:

Uma atuante de **cima para baixo**, incorporada na própria dinâmica da fase de expansão do capital, e outra atuando de **baixo para cima**, representando uma universal e crescente demanda das comunidades por maiores espaços de auto-realização (Idem, p. 203, grifos do autor).

Com a reforma do Estado aqui realizada, criaram-se mecanismos para distinguir o espaço público do privado, e, dentro do espaço público, se garantiu o espaço público não estatal. Nesse novo espaço, a condução e coordenação das relações políticas institucionais, relativas a arranjos organizacionais e

¹⁵ Para aprofundamento sobre a reforma do Estado, no caso brasileiro, consultar: Brasil – MARE (1995) e Bresser Pereira (1996, 1997, 1998 e 1999).

implementação de políticas públicas, passam a usar novos mecanismos de controle e coordenação. A partir dessa perspectiva institucional, são adotados três mecanismos de controle fundamentais: o Estado, o mercado e a sociedade civil, conforme indica, a seguir, Bresser Pereira (1997):

No **Estado** está incluído o sistema legal ou jurídico, constituído pelas normas jurídicas e instituições fundamentais da sociedade; o sistema legal é o mecanismo mais geral de controle, praticamente se identificando com o Estado, na medida em que estabelece os princípios básicos para que os demais mecanismos possam minimamente funcionar. O **mercado**, por sua vez, é o sistema econômico em que o controle se realiza através da competição. Finalmente, a **sociedade civil** - ou seja, a sociedade estruturada segundo o peso relativo dos diversos grupos sociais - constitui-se em um terceiro mecanismo básico de controle; os grupos sociais que a compõem tendem a se organizar, seja para defender interesses particulares, corporativos, seja para agir em nome do interesse público (Idem, p.36, grifo nosso).

Segundo Schneider (2004), os conselhos possuem caráter interinstitucional fundamentado na Constituição de 1988 e detêm a qualidade de instrumento de expressão, representação e participação da população, proporcionando um papel de mediador nas relações sociedade-Estado. Sobre esse novo marco legal, esse autor indica que:

Após 1988, leis orgânicas específicas passaram a regulamentar o direito institucional à participação por meio de conselhos deliberativos, de composição paritária entre representantes das instituições da sociedade civil e representantes do governo municipal (Idem, p.207).

O delineamento de novas formas de relação Estado-sociedade foi uma das principais reivindicações democráticas dos movimentos sociais no período que antecedeu a elaboração da nova Constituição de 1988. Essa nova relação foi delineamento sob a influência do processo de redemocratização, vivenciando-se mais intensamente, aqui no Brasil, nos anos de 1980. Esse processo foi solidificado através do claro e efetivo processo de revigoração da sociedade civil, que se apropriou da prática cidadã e conseqüentemente ocorreu o fortalecimento das organizações públicas populares em nível local, estendendo também às demais instâncias da federação (DAGNINO, 2002).

Nesse contexto de significativas transformações impulsionadas pela globalização, já tratadas no capítulo I, houve certo abatimento do poder do Estado em decorrência da ampliação da participação social, que resultou na abertura de novos espaços. Entre essas inúmeras organizações existentes, destacamos os conselhos municipais. Esses conselhos são vistos como instituições híbridas, ao passo que compartilham processos deliberativos entre a sociedade civil e os gestores representantes do Estado, cujo objetivo principal é gerir as políticas públicas.

Abramovay (2001) sublinha a inovação institucional, que cria os conselhos municipais e os estruturam para incorporar os representantes do Estado e da sociedade civil em um mesmo espaço público e político. Ele prossegue indicando que a mobilização e a pressão exercida pelos movimentos sociais junto ao Estado, a partir de uma sociedade civil revitalizada pelo processo de redemocratização, resultou na criação de políticas públicas mais efetivas direcionadas aos diversos segmentos da sociedade, que passam a ser acompanhados por essa novidade de gestão e acompanhamento, que são os conselhos municipais, estaduais e federal em diversos ramos.

Sobre esse mesmo entendimento de conselhos, Benini (2012, p.82) destaca que “são parte constitutiva de uma autêntica democracia substantiva [...] materializando uma governança autogestionária dos trabalhadores e produtores associados”. Nesse sentido, esse autor percebe os Conselhos como organizações políticas não partidárias, que implicam necessariamente gerenciar os rumos do coletivo e representar a prática democrática participativa. Têm como principais incumbências: articular, coordenar e encaminhar esforços reivindicativos, visando a atender as diversas necessidades e demandas de seus pares, que, em certo ponto, podem até estar em sentidos opostos. Porém, cabe à instância do conselho organizar os debates entre seu coletivo, buscando consensos que apontem para uma mesma direção ou sentido, seja no direcionamento das políticas públicas ou em outros momentos. Agindo assim, surgirão sinergias que proporcionarão maior ânimo entre os sujeitos envolvidos, incidindo diretamente em melhor desempenho da coletividade em prol de suas aspirações. O conselho, na condição de espaço participativo, torna-se fundamental nesses processos (*Idem*, 2011; 2012).

Algo peculiar nesse espaço organizativo é quanto à sua forma de coordenar os processos, obstante ao domínio subordinado. Sobre isso, Benine (2012) faz uma

distinção no sentido de que coordenar não é sinônimo de controle para o domínio subordinado, concepção exposta a seguir:

Controle e dominação, no contexto das organizações, diz respeito a manter um tipo de ordem entre os desiguais, logo, uma ordem de subordinação. Já a coordenação diz respeito a aglutinar diferentes processos e etapas, de forma a potencializar o todo por meio do melhor arranjo e organização possível das partes. Nessa perspectiva de coordenação, haveria a necessidade de se criar e instituir múltiplos espaços participativos, ora de discussão e debates, ora deliberativo, ora por meio de convenções, mecanismos de revogação e rodízio (BENINE, 2012, p.83).

Os processos participativos populares norteiam-se, a princípio, na busca da unidade na ação coletiva. Nesse sentido, no cotidiano dos conselhos, estimula-se a participação direta não subordinada, entendendo que a democracia direta cria possibilidades plenamente possíveis de se realizar em processos decisórios a partir de métodos transparentes não hierarquizados, perseguindo consensos no coletivo, a partir dos debates que privilegiam princípios dialógicos. Nesse sentido, as articulações existentes nos conselhos indicam a possibilidade da vivência da democracia direta, na qual a sociedade civil é a principal protagonista. Martorano (2011, p.45) indica que o “desenvolvimento e a vitalidade dos conselhos sejam um dos principais indicadores do avanço na implantação da nova democracia”. Logo, os conselhos são partes significativas nesse processo, ao tempo que desenvolvem, ampliam e consolidam outras formas democráticas além da representativa, ou seja, a participativa direta.

3.2 - A origem dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

A partir da concepção de conselhos populares proferida por Abromovay (2001, p.125) como “ocasião de criar novas práticas que valorizem a participação, o controle social e o uso planejado dos recursos”, somando-se ao indicado por Gonh (2011, p.39) enquanto “espaço para o debate, face a face dos problemas coletivos”, destacamos a criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) iniciado na década 1990, permitindo o acesso do agricultor e

agricultora familiares a discussões e decisões relativas ao desenvolvimento local do meio rural.

Resultante da participação dos trabalhadores e trabalhadoras familiares nos movimentos sociais, atuando na forma organizada através das associações rurais – a Federação Nacional dos Trabalhadores e trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores e trabalhadoras na Agricultura Familiar (CONTAG) –, os agricultores e agricultoras familiares passaram a usar, de forma ampla, as prerrogativas da prática cidadã garantidas pelo instrumento legal máximo do país, a Constituição Federal de 1988. A partir da composição dessa conjuntura política, esse segmento de trabalhadores e trabalhadoras passou a influenciar na formulação e direcionamento de políticas públicas para o meio rural, culminando com o surgimento especificamente dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), enquanto requisito condicional para criação, direcionamento e controle de políticas públicas para a agricultura familiar.

Sobre as influências da conjuntura política e democrática dos anos 1990, o Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), prescreveu a criação dos CMDRS como condição para implementar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (BRASIL.MDA, 2010a), em específico o Pronaf Infraestrutura e Serviços. Ao tempo, verificamos em Abramovay e Veiga (1998), que o Pronaf estabeleceu rotinas institucionais indicando a participação local do agricultor e agricultora familiares na mediação dessa política pública, privilegiando os Conselhos, seja na escolha e controle da implementação das linhas de ação contidas no Pronaf. Esse programa oportunizou o acesso do agricultor e agricultora familiares às discussões e encaminhamentos relativos às políticas públicas para desenvolvimento do meio rural. Como a seguir observa Abramovay (2001):

A esmagadora maioria dos conselhos de desenvolvimento rural formou-se no Brasil a partir de 1997 como condição para que os municípios recebessem recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF) em sua linha de infra-estrutura e serviços [...], o PRONAF correspondeu a uma virada significativa nas políticas públicas voltadas ao meio rural no Brasil [...]. O PRONAF é resposta a um conjunto de reivindicações dos movimentos sociais (*Idem*, p.121)

Nesse contexto, os CMDRS são criados por leis¹⁶ municipais, passando a ser ambientes de encontro entre a sociedade civil e o Estado. A partir daí, torna-se espaço ideal para discussão e construção de propostas para o bem comum, assim como instância organizada para reivindicar melhorias de bens e serviços que atendam às necessidades do agricultor e agricultora familiares e do meio rural numa perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Conforme artigo 15 da Lei nº 3508 (BRASIL/LEI, 2000, p.7), o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, “será integrado por representantes do poder público municipal, das organizações dos agricultores familiares, [...] das organizações da sociedade civil e das entidades parceiras”. O CMDRS tem como incumbência principal imprimir esforços para implementar o desenvolvimento sustentável no meio rural e conseqüentemente estendê-lo a todo município. Cabe aos que compõem esse conselho a elaboração, proposição, controle social e gestão das políticas públicas destinadas à zona rural, conforme consta no manual de operações do programa nacional de crédito fundiário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL/MDA, 2010b, p.3), a seguir:

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, órgão colegiado municipal integrante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, que delibera, opina, acompanha, controla e avalia as ações dos programas e políticas voltadas ao desenvolvimento rural, no âmbito municipal, tendo como integrantes os representantes do poder público municipal, das organizações dos agricultores familiares, das organizações da sociedade civil e das entidades parceiras (*Idem*, p.3)

Nesse mesmo sentido de cumprir funções sociais essenciais para o desenvolvimento rural, a Controladoria Geral da União (CGU) destaca que a criação dos conselhos de desenvolvimento rural sustentável, enquanto espaços para o exercício da participação democrática, em suas atividades cotidianas, além de elaborar alternativas visando a superar situações de atrasos, também exercem o controle social sobre as políticas públicas de desenvolvimento do meio rural, conforme citação a seguir (CGU, 2010):

¹⁶ Para criação do CMDRS, verificar embasamento legal no título IV do capítulo IV do decreto Lei nº 3.508, de 14 de junho de 2000, que dispõe sobre os Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Desenvolvimento Sustentável (BRASIL/LEI, 2000).

Os Conselhos de Desenvolvimento Rural têm como atribuição descobrir os potenciais de desenvolvimento rural e indicar estratégias e alternativas para melhoria das condições de vida de populações rurais por meio da elaboração e implementação dos Planos de Desenvolvimento Rural. A formação dos conselhos foi um fato importante para as políticas públicas de desenvolvimento agrário. Além disso, todos esses conselhos devem ser espaços de democracia e, principalmente, devem atuar como verdadeiros agentes de controle social das políticas [...] (CGU, 2010, p.14).

O Estado de Pernambuco é palco histórico¹⁷ de lutas libertárias e resistências, herdadas da trajetória de participação popular aqui vivenciada desde o período colonial, onde ocorreram lutas pela república, e mais recentemente pela reforma agrária, essa conduzida por diversos movimentos organizados, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), protagonizadas inicialmente pela organização das Ligas Camponesas. As Ligas Camponesas foram imprescindíveis na organização dos camponeses e camponesas e trabalhadores e trabalhadoras rurais de Pernambuco na década de 1950, cujo principal objetivo era lutar pela implementação da reforma agrária. O movimento teve seu ressurgimento “Em janeiro de 1955, com a criação da *Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco*, a SAPP, localizada no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco” (GASPAR, 2009).

Sob as influências históricas acima referenciadas, a sociedade civil pernambucana passa a organizar-se em torno desses espaços. Dessa forma, passa-se a adotar amplamente os CDMRS, do litoral ao sertão. Segundo dados do ProRural¹⁸, existem hoje instalados e em pleno funcionamento 179 Conselhos Municipais de Desenvolvimento ao longo de todo o Estado de Pernambuco.

¹⁷ Em Pernambuco, houve diversas revoltas e insurreições inspiradas pelos ideais do iluminismo, que defendia a liberdade, igualdade e fraternidade entre os povos. Alguns exemplos desses movimentos foram: Guerra dos Mascates 1710; Revolução de 1817; Conferência do equador 1824; Cabanada 1832 e Revolução Praieira 1848.

¹⁸ O ProRural é o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável de Pernambuco, vinculado à Secretaria Executiva de Tecnologia Rural e Programas Especiais da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (Sara) do governo de Pernambuco. Esse programa atua em 180 municípios das 12 Regiões de Desenvolvimento do Estado, baseado na participação popular e na ação integrada entre governo e sociedade civil organizada. O ProRural elege como principal parceiro os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. O público atendido pelo programa compreende os produtores de base familiar, especialmente das áreas rurais, incluindo os grupos específicos: quilombolas, indígenas, jovens e mulheres. Para acessar os recursos do Programa, os produtores precisam estar organizados em associações e cooperativas e fazer parte dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS. Fonte: (<http://www.prorural.pe.gov.br/prorural.asp>), acesso em 08 de novembro de 2012.

3.3 – Surgimento histórico do Conselho de Desenvolvimento Rural do Município de Araçoiaba (CDMAR).

Sob influência da proliferação dos Conselhos de desenvolvimento que surgiam no Estado de Pernambuco, esses visando a atender a demandas relativas ao desenvolvimento rural, surge, no ano de 2005, o Conselho de Desenvolvimento Rural do Município de Araçoiaba (CDMAR). Esse conselho se originou do esforço comum, através do exercício cidadão da sociedade civil organizada do município em estudo. Em conformidade com o que indica Vendramini (2010, p.89), “os conselhos foram criados para o exercício da cidadania”. Esses indivíduos organizados elaboraram estratégias para fortalecer o movimento popular instituindo o Conselho. Para isso, percorreram todas as etapas necessárias para constituir o CMDRS, objetivando, sobre o mesmo, a possibilidade de canalizar políticas públicas existentes e direcioná-las ao bem comum da sociedade. A Entrevistada 07 discursa sobre essa trajetória, que teve seu início no ano 2000:

Esse conselho foi fundado com o objetivo exatamente de o município ser conhecido pelos órgãos governamentais como município rural. Araçoiaba é praticamente um município rural. É cercado da cana-de-açúcar, é mais de três mil homens trabalhando na cana-de-açúcar, e foi vendo essa situação [...] onde Araçoiaba era o único município da Região Metropolitana do Recife que não tinha esse conselho, que eu corri atrás em nome dessa cooperativa que eu fundei [...] que foi fundada por Deus e por minha pessoa, no de 2000. Na época, com o apoio do atual prefeito, em seguida eu dei andamento e continuei por treze anos segurando a cooperativa, e, em nome dessa cooperativa e em nome do trabalho que eu já estava desempenhando e da confiança que o pessoal aqui de Araçoiaba e do grupo do governo do Estado tenha na minha pessoa e também em outros trabalhos já realizados em outros municípios. Então nós conseguimos trazer uma representante do Governo do Estado para conhecer Araçoiaba, porque a maioria não conhecia nada dela, dizia até que Araçoiaba não tinha a zona rural, e que aqui era uma área urbana, portanto, não podia ter o conselho. Foi uma briga, foi muito problema; na época, o governador era Jarbas, e tivemos que correr atrás de outros políticos. Foi muita briga e muita confusão; ameaçamos até de chamar a imprensa, para trazer esse conselho para Araçoiaba. Então mandaram um técnico e, quando ele chegou aqui, eu já tinha reunido as associações e a partir daí eu comecei a lutar junto eles; já não estava sozinha, ele ficaram ao meu lado e nós tentamos e mostramos a situação de Araçoiaba e foi quando o conselho começou. Na época, nós tínhamos muito mais agricultores participando da cooperativa e no conselho [...] tinha produtores de banana, goiaba, batata-doce e inhame. No início, tinha bastante gente trabalhando

na cooperativa, que, na época, não tinha a construção atual; essa foi conseguida através do conselho, na época a gente pagava um local para funcionar a fábrica - cooperativa de doce (Entrevistada 07).

Conforme verificamos na transcrição acima, o discurso comum de que o município era totalmente urbano, defendido por parte dos órgãos de Estado, e diante dessa concepção, não caberia à constituição de um Conselho com foco para o rural. Esse desconhecimento sobre a realidade do município dificultou bastante o surgimento do CDMAR e conseqüentemente impediu o direcionamento das ações do governo federal via Conselhos, através das políticas públicas, tardando a chegada a Araçoiaba.

No final dos anos de 1990, o Estado passa a privilegiar a participação popular na tomada de decisões, estabelecendo ambientes propícios ao pleno exercício democrático, sobretudo nas comunidades locais. Sobre essas novas relações entre o Estado e as comunidades locais, imprimindo esforços em comum na busca do desenvolvimento local, Tauk Santos (2005) nos fala que:

Apenas através da participação popular é que se podem construir processos verdadeiramente democráticos não é nova, portanto. O novo é o Estado tomar iniciativas de privilegiar a participação das comunidades locais na tomada de decisão [...] na construção do desenvolvimento local (Idem, p.10)

Nesse novo ambiente de participação popular interferindo nas tomadas de decisão, são instituídos os CMDRS em vários municípios do Estado, tardando em Araçoiaba. A ênfase se faz nos acessos dos recursos do Pronaf, por meio do qual o governo federal, através do MDA, estabelece a criação do CMDRS como condição para utilizar tais recursos. Logo, esse vagaroso processo promoveu o impedimento de acessos a bens e serviços pelos cidadãos e cidadãs dessa localidade, com destaque para a agricultura familiar. Sobre esse entendimento, Abramovay (2001, p.121), conclui que “a esmagadora maioria dos conselhos de desenvolvimento rural formou-se [...] como condição para que os municípios recebessem recursos do PRONAF [...], isso correspondeu a uma virada significativa nas políticas públicas voltadas ao meio rural do Brasil”.

A problemática abordada no parágrafo anterior protelou o surgimento do conselho de desenvolvimento rural, aliada a outras negligências e ineficácias do Estado em diversas áreas; essas proporcionaram a intensificação da exclusão

social¹⁹ em Araçoiaba, ao ponto de esse município ocupar a 122ª colocação entre os 185 municípios pernambucanos no ranking da exclusão e, nacionalmente, a 4.754ª dentre os 5.564 municípios distribuídos em todas as regiões brasileiras (MASCARENHAS, 2005). A exclusão social se traduz em elevado nível de pobreza, alto índice de analfabetismo, emprego informal, violência e insegurança alimentar. Conforme Sawaia (1999, p.9), “a exclusão é processo complexo e multifacetado [...] de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. [...] Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com ou outros”.

A partir da definição de exclusão de Sawaia (*Idem*), percebemos que o processo de exclusão é bem presente em Araçoiaba. Tal situação é bastante perceptível numa das áreas visitadas durante o processo de pesquisa, que apresentava aspectos de transição entre o urbano e o rural. Esse último local, caracterizado pela monocultura da cana-de-açúcar, tem por nome Vila Canaã, onde há notável vulnerabilidade social, a partir de observações e depoimentos colhidos durante o processo de investigação, existe precário sistema de água potável encanada, ausência de saneamento básico que se soma à diversos lixões a céu aberto sem nenhum controle sanitário. Observamos ainda alta concentração de jovens e crianças dispersos nas ruas, inúmeros adultos vivendo na informalidade coletando material reciclável e outros mantendo pequenos comércios em suas residências.

Foi dessa trajetória de organização comunitária, sediada no início na Vila Canaã, comunidade considerada por muitos como uma “área de exclusão social” (Entrevistada 07 – Anotações), culminando com o surgimento do CMDAR. No princípio, a organização deu-se em torno da cooperativa de doce, que funcionava nessa comunidade, em galpão alugado. De acordo com Gonh (1997; 2011), nesses ambientes de exclusão social, também surgem significativos movimentos sociais, que têm como meta principal superar tal situação de exclusão.

Percebemos que essa organização comunitária alavancou um movimento social que aliou intensos esforços para viabilizar a fundação do CMDAR, e assim o alcançou. Para Vendramini (2010), os conselhos nascem historicamente em tempos de crise, e são instrumentos de descentralização do poder através da participação

¹⁹ Verificar nas pag. 29 a 32, dados do PNUD e IPEA sobre IDH-M e Renda *Per Capita* dos municípios de Araçoiaba.

popular. O CDMAR teve seu funcionamento pleno e de forma legal a partir do ano 2005. De início, esse movimento popular, iniciado na comunidade Vila Canaã, logrou êxito e, através do CDMAR, captou e direcionou três projetos produtivos para a mesma, como descreve, a seguir, a Entrevistada 07.

Os três projetos já realizados no início do Conselho foram: o **primeiro** [...] foi a construção do primeiro galpão da cooperativa, isso foi uma parceira que tivemos que entrar com recursos dos sócios. O **segundo** foi a construção de cinquenta banheiros naquela área, em parceria com associação dos moradores, que foi priorizado. Em virtude de as casas próximas à Cooperativa não terem banheiros, eles faziam suas necessidade em sacos plásticos e jogavam no meio da rua, ou faziam nos canaviais, e consideramos que ganhamos 1h^a. Na época, era um lixão [...], um tremendo mau cheiro que não tinha tamanho; eram crianças no meio do lixo e idoso morando próximo. Para piorar, eles jogavam fezes. O **terceiro** foi o abastecimento de água para o Engenho Canaã. (Entrevistada 07).

O CDMAR foi instituído através de lei municipal, e regulamentado através de leis estaduais e federais (BRASIL/LEI, 2000). Gohn (2011, p.105) menciona que os conselhos são “órgãos normativos, consultivos e deliberativos, [...] compostos por representantes do executivo e por representante da sociedade civil local”. Logo, o CMRDS de Araçoiaba é composto paritariamente por representantes das associações comunitárias rurais da agricultura familiar, sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e do poder público local. Parte da representação da sociedade civil, no caso específico do CMDRS, são os agricultores e agricultoras familiares, que são eleitos por seus pares; esses, por sua vez, derivam das diversas associações comunitárias rurais da agricultura familiar, que estão distribuídas ao longo de toda a zona rural do município, ao tempo em que os que representam o poder público são escolhidos e indicados pela administração pública.

Capítulo 4 – Os sentidos da representação do CDMAR com a participação do agricultor e agricultora familiares

4.1 Atual situação da agricultura familiar em Araçoiaba

O agricultor familiar Entrevistado 08 iniciou sua entrevista fazendo uma análise sobre a situação da agricultura familiar de Araçoiaba. Em sua fala, ficou bastante evidenciada sua preocupação com o destino desse segmento, que, segundo o agricultor, é um dos principais fornecedores de alimentos básicos para a população. Ao final, indicou a necessidade de esforços coletivos para fortalecer a agricultura familiar de seu município, pois, do contrário, os agricultores e agricultoras continuariam vendendo suas terras para a Usina São José ampliar a monocultura da cana-de-açúcar. Esse tipo de cultivo predomina em mais de 70% das terras do município. Segue a narrativa que analisa essa temática, conforme trecho a seguir:

Sobre o futuro da agricultura familiar aqui dentro de Araçoiaba, o movimento rural com o sindicato e as associações têm que fazer um trabalho de conscientização para que eles não venham a terminar aqui em Araçoiaba, porque 70% do nosso alimento saem da AF. Então a AF é importante e todos devem se juntar: sindicato, conselho de desenvolvimento rural e associações; enfim, toda a comunidade deve incentivar o plantio da AF, porque é de lá que vem nosso pão. A gente não pode deixar de acompanhar e fortalecer os agricultores familiares. A AF precisa ser fortalecida aqui dentro do município porque a maioria dos agricultores estão vendendo a terra para a usina plantar cana-de-açúcar (Entrevistado 08).

Com a mesma preocupação expressada no parágrafo anterior, os Entrevistados 07 e 09 também externaram sua inquietação com os rumos que a agricultura familiar vem trilhando em Araçoiaba. O Entrevistado 09 indicou a necessidade de se “buscar meios para combater a invasão dos usineiros, que arrendam as áreas dos agricultores, por isso a nossa agricultura vem enfraquecendo em consequência dos plantadores de cana-de-açúcar”. E continua, a seguir, a Entrevistada 07.

Não há fábricas aqui em Araçoiaba; a única possibilidade de emprego é a usina, que emprega por 5 a 6 meses no ano, e o restante do ano não tem o que fazer [...] A agricultura familiar aqui foi acabada ou sufocada pela usina. Os usineiros vêm comprando e arrendando as terras da agricultura familiar. A cada dia mais,

Araçoiaba depende da usina e dos recursos dos Governos Federal através das diversas bolsas sociais. A agricultura familiar aqui não existe; os usineiros compram suas terras para plantar cana-de-açúcar (07 - Anotações).

4.2 O significado do CDMAR para a agricultura familiar

O discurso predominante sobre o significado do CDMAR para a agricultura familiar entre os entrevistados conselheiros não agricultores, que presidem o conselho, foram: Para o Entrevistado 06 “O conselho tem um valor importante de coordenar ações para a agricultura familiar”. Para a 07, “O conselho é união e trouxe as diversas entidades que dão força e orientam os agricultores familiares”. Já para o Entrevistado 09, “o conselho fortalece os agricultores familiares e busca meios para combater a invasão dos usineiros, que arrendam as áreas dos agricultores”. Conforme citações sobre a denotação do CDMAR para a agricultura familiar, percebemos certo consenso entre esse grupo de entrevistados. Os mesmos indicam que o conselho se fortalece, ao tempo que agrega os indivíduos e coordena ações em seus benefícios. O Entrevistado 10 indicou, de forma específica, o sentido do conselho para a agricultura familiar, também contemplando as demais percepções sobre o CDMAR entre esse grupo, conforme segue:

O conselho é um órgão importante dentro do município onde ele agrega várias entidades: associação e sindicatos, onde essas entidades têm a incumbência e o dever de estar participando dentro do conselho (CDMAR) junto às comunidades. Trabalhando a questão rural, [...] e envolvido nas discussões sobre o meio rural [...] isso é um fator importante onde o governo e a sociedade discute sobre as políticas públicas voltadas para a população rural (Entrevistado 10).

O discurso observado nos trechos das falas entre os entrevistados acima indica a participação como elemento central envolvendo discussões acerca de temáticas sobre o meio rural. Para Peterson e Romano (1999, p.29), “a participação dos agricultores familiares é vista como elemento chave e fator condicionante para a efetivação do processo local de desenvolvimento, devendo se dar de forma coletiva e com atores coletivos”. Esse processo participativo envolvendo várias entidades torna o conselho um ambiente que congrega a sociedade civil organizada, através de suas representações, e o governo para tratar sobre políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do meio rural.

Passaremos a analisar o discurso dos próprios agricultores e agricultoras familiares, sobre o significado do CDMAR para a agricultura familiar. Para o Entrevistado 01, “O conselho significa desenvolvimento rural. A gente se junta para discutir a proposta de plantio [...]”. Já o Entrevistado 03 destoou do discurso majoritário de que o conselho trata da temática da agricultura familiar, conforme verificamos a seguir:

Eu conheço o conselho há uns oito anos. O conselho não vem debatendo sobre a agricultura familiar e sim sobre projetos. Depois que Dionísio (técnico do IPA) entrou no conselho, passamos a ter debate sobre essas coisas de agricultura familiar. Dionísio vem nos ajudando nessa parte, que antes era só essa coisa de projeto (Entrevistado 03).

Um dado significativo que foi observado nas entrevistas realizadas entre os agricultores e agricultoras familiares: entre esse grupo, 50% das entrevistas expressam um discurso de quase total desconhecimento sobre informações básicas relacionadas ao CDMAR. Esse grupo de entrevistados pertence a associações rurais que são diretamente representadas pelo CDMAR, inclusive, com membros conselheiros. Os questionamentos para esse grupo nortearam-se a partir da busca por descobrir qual a importância e/ou papel o CDMAR desempenha para desenvolver a zona rural e para o meio ambiente. E ainda quais seriam as discussões e ações que o CDMAR proporciona para fortalecer a agricultura familiar. A esse respeito, o Entrevistado 05 afirmou que não conhecia o conselho. O Entrevistado 02 comentou “sobre o conselho municipal, não tenho muito conhecimento; sei que existe e o mesmo é importante”. “O conselho eu conheço, [...] muitas coisas boas eles trazem para agente”, finalizou o Entrevistado 04.

Os elevados índices de desconhecimento sobre a função do CDMAR, entre os agricultores e agricultoras familiares, demonstram certa fragilidade na missão principal do conselho, a de promover a participação que resulta em empoderamento, já tratados anteriormente nas páginas 34, 35 e 48, principalmente entre seus representados, visando à superação do estado de exclusão. Nessa perspectiva, Callou e Tauk Santos (2006, p.73) indicam “o empoderamento como um elemento básico que possibilita às associações melhorarem a capacidade individual e coletiva [...] vistas à construção do desenvolvimento local”. Para Gohn (2010, p.19), a participação impulsiona a busca de novos caminhos para outras realidades sociais sem exclusão e desigualdade, e “para que venha a ocorrer a participação

cidadã, os sujeitos de uma localidade ou comunidade precisam estar organizados e mobilizados”, possibilitando a articulação conhecimentos e competências do coletivo na busca do bem comum.

Destacamos a recorrência, nos discursos dos entrevistados, indicando a necessidade de ampliar conhecimentos sobre o CDMAR, relativa ao seu teor e concepção teórico-ideológica de participação e desenvolvimento rural entre os munícipes de Araçoiaba, e, em especial, entre os agricultores e agricultoras familiares. Para isso, entendemos ser viável enquanto alternativa á interferir nessa problemática, o uso dos instrumentos da comunicação popular. Peruzzo (1997, p.244) percebe a comunicação popular como aquela que se “realiza no contexto das organizações e movimentos sociais populares, vinculadas às classes subalternas [...] às lutas do povo por melhores condições de existência e pela emancipação dos setores oprimidos da sociedade”. Essa autora ainda cita alguns dos instrumentos usados na comunicação popular: “boletins informativos, panfletos, alto-falante, faixa, cartaz, contato pessoal, cartilha, teatro, jornal mural, carro de som, cassete-forum, música, fotografia, vídeo, rádio, televisão, fax, computados” (*Idem*, p.245), além das comunidades virtuais largamente hoje utilizadas. Para Peruzzo (*Idem*), esse tipo de comunicação contém nuance democrática, porque:

Constitui-se pelo ambiente onde está situada e por ajudar a constituí-lo. Ou seja, são as condições locais que fazem com que as formas de organização social e de expressão se efetivem. E as formas de comunicação que emergem desse processo, também contribuem para modificar o ambiente: ajudam na conscientização, mobilização, conquistas das reivindicações etc. (*Idem*, 245)

4.3 Benefícios proporcionados pelo CDMAR a organização popular

O sentido predominante de que o conselho é significativo ao desenvolvimento de Araçoiaba foi amplamente identificado nos discursos dos entrevistados. Para eles, o funcionamento do CDMAR proporciona momentos de discussão que privilegia a união e a participação de todos na busca do desenvolvimento e fortalecimento da agricultura. Conforme trechos das entrevistas 03 e 07, a seguir:

A vantagem que eu acho **é que venho participando**, já que estou com essa idade (72 anos) e quero participar, muito tempo e cada vez mais, enquanto der para eu participar eu participo, por que agente fica por dentro de um bocado de coisa, [...] com pessoas que têm outros conhecimentos [...]. No conselho a gente vai conhecendo

também outras pessoas e outras coisas que não sabia, e isso ajuda muito. Aqui no conselho, a gente passa a saber o que está acontecendo no município, que não tem nada bom ainda, mas pode até melhorar. A gente tá trabalhando para melhorar (Entrevistado 03).

O principal benefício que eu encontrei no conselho **foi a união** dos agricultores. Se hoje eles estão isolados com o conselho, antes era pior ainda, era cada um na sua. Hoje, junto com o IPA, na época a gente dependia do IPA de Igarassu, aqui não tinha nada. Então o conselho começou a correr atrás para trazer um representante do IPA e o sindicato dos trabalhadores rurais também era Igarassu que comandava. Tudo ficava em Igarassu, até o fórum era lá. Enfim, Araçoiaba não existia (Entrevistada 07).

Percebemos, nas narrativas, a presença da união, em relações harmoniosas, nas quais existe conformidade de esforços e pensamentos. Dessa forma, união indica junção, ligação e combinação de ideias diferentes para constituir o todo; esses esforços apontam para edificação do bem comum. Logo, essa percepção de união fundamentará relações sociais mais solidárias, algo imprescindível aos propósitos do Conselho.

Há trechos da entrevista que indicam que a ausência de união impacta negativamente na participação e mobilização, essas, necessárias aos encontros comuns ao Conselho. Conforme indica entrevistado 01:

[...] falta é a união. Muitos não participam, são convidados mais não vem. [...] tem gente que faz parte do conselho que eu não conheço e muitos nunca foram a reunião do conselho. Penso que esses não vem para a reunião, por falta de interesse (Entrevistado 01)

Destacamos os discursos avaliativos contido nas falas sobre os serviços oferecidos através da ATER oficial desenvolvida pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), considerando que sua chegada ao município, onde hoje encontra-se um técnico com escritório fixo e em pleno funcionamento, foi fruto de ampla articulação e mobilização reivindicativa do CDMAR. Nesse sentido, os entrevistados destacam a significativa contribuição ATER ao nortear discursões sobre a agricultura familiar e o desenvolvimento local, assim como, além dos serviços especializados comum à ATER, o IPA também contribui para a organização, mobilização e encaminhamento sobre temáticas relativas ao desenvolvimento local abordados no cotidiano do CDMAR. Esses discursos avaliativos indicam que o IPA vem atuado em conformidade com os princípios

indicados pela Política Pública Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), em cujos princípios constam: “Assegurar aos beneficiários o acesso aos serviços de ATER [...], visando o fortalecimento da agricultura familiar”. A ATER deve também “contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno” (BRASIL. MDA, 2004).

Para os entrevistados, o conselho, além de ser uma instância de luta e de ajuda mútua que associa esforços e pensamentos comuns e os direciona para desenvolver o local, também exerce papel fiscalizador. Percepção nossa fundamentada nas falas: “O CDMAR é um conselho que vem lutando pelo fortalecimento das agriculturas, que fiscaliza os poderes públicos e ajuda no desenvolvimento município” (Entrevistado 10). Nesse mesmo sentido, o CDMAR “tem uma vantagem por ser um órgão que luta pela melhoria do agricultor e por um planejamento de trabalho melhor [...]. Aqui temos também a ajuda do técnico do IPA, que sempre incentiva a gente” (Entrevistado 01).

O sentimento proferido no trecho a seguir resume o sentido dado ao benefício de se ter o CMDRS em pleno funcionamento em Araçoiaba, “A vantagem é estar participando das discussões entre as associações rurais e também dando proposta para o desenvolvimento sustentável local e de toda a região” (Entrevistado 10).

4.4 O desenvolvimento local para os agricultores e agricultoras familiares de Araçoiaba

Ao analisar a percepção e o estado em que se encontra o desenvolvimento local em Araçoiaba, percebemos que é algo avaliado pelos entrevistados como necessário e urgente. Para o Entrevistado 08:

O desenvolvimento local é muito bom para o desenvolvimento de todos daqui; Araçoiaba ainda precisa crescer e desenvolver, porque, na realidade, hoje estamos vendo muito lixo e esgoto, isso vem prejudicando a saúde da comunidade, [...] o desenvolvimento local busca ver a cidade crescer e melhorar a situação do povo (Idem).

O discurso comum percebido foi que deve haver oportunidade, igualdade, valorização das relações humanas e harmonia entre o rural e o urbano para que ocorra do desenvolvimento local. A percepção de desenvolvimento local observado na Entrevista 07 indica que:

Desenvolvimento local eu vejo como um todo, [...] Tem que ser em todo o município, é a parte urbana e a parte rural, onde um depende do outro. Quer dizer, se o rural estiver ok e a urbana não estiver, o rural também vai sentir dificuldades, até de distribuir seus produtos. Então o desenvolvimento tem que atingir todo mundo, todo município (Idem).

E continuam os Entrevistados 01 e 06 sobre o desenvolvimento local.

É todo mundo junto, [...] produzindo melhor e com maior rendimento, para que todo mundo saia ganhando e ninguém saia perdendo (Entrevistado 01).

[...] para mim, é mais representado pelo valor humano. Então desenvolvimento local é maior conhecimento para os moradores e maiores oportunidades para eles resolverem os problemas das suas vidas” (Entrevistado 06).

Nas falas sobre essa temática, também ficou evidente o sentimento de pleno conhecimento de limitações do CDMAR para contribuir com o desenvolvimento local. Eles expressam, entre outras dificuldades, limitações de capital humano, fato esse que os limita a desenvolver ações mais concretas, conforme fala a seguir:

A gente ainda não tem condições nem meios, [...] conhecimento material, conhecimento humano, recursos e tudo o mais. A gente está tentando fazer o que nós chamamos de **pingado**, atendemos a cada área, um pouquinho aqui outro pouquinho lá. Estamos tentando conscientizar [...] Nesse pingado, a gente está minimizando a situação, não estamos resolvendo os reais problemas (Entrevistada 07).

A entrevistada acima, ao mencionar o *pingado*, refere-se às insuficientes políticas públicas e aos poucos projetos produtivos disponibilizados pelos governos municipal, estadual e federal, destinados ao desenvolvimento local. Essas ações são discutidas e acompanhadas pelo CDMAR, que as pulveriza nas associações rural e urbana. Segundo trechos da entrevista, essas ações são insuficientes para avançar na efetivação do desenvolvimento local e, concomitantemente, o CDMAR não dispõe de capital humano com domínio teórico e conceitual nessa área para elaborar e acessar outros recursos existentes em diversas instituições públicas e privadas.

O Entrevistado 06, ao comentar sobre o pouco domínio de conteúdos relativos ao desenvolvimento local entre os munícipes de Araçoiaba, inclusive, entre os conselheiros do CDMAR, conclui que essa temática trata de:

Conceitos bastante novos. Então eu acho que, no caso de Araçoiaba, precisa de uma abertura mais para o conhecimento.

Começando pelos membros do conselho, os membros precisam pegar mais informações. Então, diante dessa possibilidade, o primeiro recurso deveria ser para uma cultura básica maior conhecimento (conteúdos sobre desenvolvimento local) para os conselheiros do CDMAR (Entrevistado 06).

Os entrevistados, ao tempo que expressam limitações, finalizam reconhecendo que o CDMAR também contribui com o desenvolvimento local. Assim declara o Entrevistado 03, “Desenvolvimento local é esse trabalhos que estamos fazendo, de fortalecer a associação, é saber como é que vai a cidade, o lixo, a água. E sobre isso a gente debate [...] tudo para ver se melhora. O conselho trabalha para esse fim”.

4.5 Aspectos que interferem no funcionamento do CDMAR

Durante o processo de pesquisa, foi identificada resumida frequência nas reuniões ordinárias que são promovidas todos os meses. Participamos de duas dessas reuniões na condição de observador, sendo possível perceber elevada ausência entre os membros conselheiros. Concorrendo com esse fenômeno, não houve nenhum comparecimento de agricultores e agricultoras familiares, entre as cinco associações rurais, assim como nenhum cidadão ou cidadã entre as três associações comunitárias de bairro. Essas associações comunitárias de bairro e as rurais são diretamente representadas pelo CDMAR, onde cada uma delas tem um representante conselheiro. Registramos também que não havia nenhum representante do governo municipal, nem das autoridades eclesiais (igrejas católica e evangélica), onde esses também exercem relações representativas no CDMAR.

Nossas constatações relativas ao nível de envolvimento e presença na reunião ordinária somaram-se aos depoimentos dos entrevistados, que demonstram preocupações com a escala crescente de dispersão. Vários trechos das entrevistas revelam que esses fatos vêm ascendendo continuamente nos fóruns convocados pelo conselho. “Hoje a gente vê, a cada dia, em vez de aumentar, está diminuindo” conclui a Entrevistada 07. Sobre a presença dos agricultores e agricultoras durante as reuniões, continua o Entrevistado 01:

[...] falta é a união. Muitos não participam, são convidados mais não vem. Entre os que não vêm eu conheço algumas, mais outros eu nem conheço. Tem gente que faz parte do conselho que eu não conheço e muitos nunca foram a reunião do conselho. Penso que

esses não vem para a reunião, por falta de interesse (Entrevistado 01)

Ainda sobre alguns aspectos relevantes que interferem no alargamento da evasão no conselho, verificamos que: “A falta de interesse, eu acho que se dá pelo envolvimento com a política partidária [...], isso atrapalha muito, porque eles não conseguem separar [...]. Cada representante de associação quer ser candidato na época da política partidária. É tudo candidato”, conforme mencionou a Entrevistada 07. Já o Entrevistado 09 ressalta a recorrente ausência entre os conselheiros e sugere reação para reverter as ausências. Esse entrevistado comenta que “O que está ruim no conselho a baixa presença da diretoria [...] Precisamos buscar a diretoria e os agricultores para reunião da diretoria”. No trecho a seguir, o Entrevistado 03 analisa o irregular comprometimento entre os membros do conselho, e conclui que:

No conselho, o que não está bom, e isso já faz tempo, um três anos, é a falta de colaboração do pessoal. Vai pouca gente para a reunião, a igreja, a prefeitura não comparecem mais. Eles não comparecem por falta de vontade, acham que não tem vantagem, não vai nada para os bolsos deles. Eu acho que é isso [...]. É isso mesmo, eles não querem trabalhar voluntário. A gente, em nossa associação, trabalha voluntário, eu mesmo vou para Recife por minha própria conta, é tudo voluntário. A grande maioria do pessoal do conselho não quer ser voluntário (Entrevistado 03).

O Entrevistado 08 aponta, no transcorrer da entrevista, que algumas rotinas no cotidiano do CDMAR devem ser mudadas para reverter a atual situação de expressiva ausência durante fóruns de discussões e encaminhamentos promovidos pelo conselho. Observamos, na fala abaixo:

Até agora as reuniões são realizadas aqui (sede do município) pelo conselho, e é mais com os conselheiros e presidente de associações, nunca tem agricultor presente. Tem que marcar reunião nos engenhos e nas parcelas (assentamentos da reforma agrária) com os agricultores lá [...]. Eu acho que é preciso o conselho, quando todos os meses realizar reuniões, convidar os agricultores [...] para que possamos discutir com ele o que é precisa melhorar no campo (Entrevistado 08).

Percebe-se forte consenso, nos discursos, sobre a baixa presença, que conseqüentemente interfere na organização e mobilização em torno de questões relativas à busca do bem comum, podendo proporcionar implicações na credibilidade dessa instância representativa. O Entrevistado 09 defende o grupo que

coordena atualmente o CDMAR, do qual é componente, mencionando que o conselho “tem convidado os agricultores [...]”, mas, segundo ele, “falta credibilidade [...]” e traduz essa ausência; “o que é falta de credibilidade [...] é que os agricultores não se sentem beneficiados como eles gostariam de ser dentro do conselho”.

Credibilidade é atribuída à pessoa ou instituição a quem se tem crédito. Nesse sentido, a reputação incidirá sobre a percepção que os indivíduos estabelecem sobre os outros, no caso em análise, sobre o CDMAR. As informações que circulam sobre as atividades que os sujeitos desempenham em nome do Conselho, são avaliadas e determinarão no grau de credibilidade e, dessa forma, sempre haverá oscilação quanto ao crédito que se tem, pois ocorrerá contínua avaliação das atividades em que o CDMAR é protagonista. Logo, a reputação construída sobre o Conselho é indicador significativo de credibilidade, sendo percebida pela qualidade da representação exercida pelo Conselho, a partir daí, se estabelece relações entre os sujeitos influenciadas pela credibilidade existente.

Apesar da realidade tratada nos parágrafos anteriores, foram também apontados aspectos importantes que legitimam a funcionalidade do conselho, embora com resumido comparecimento pelos próprios representados do CDMAR em seus fóruns. Existem indicativos de sentimentos subjetivos entre seus participantes, relacionados à esperança e ao prazer de ser parte desse conselho, assim como pelo espaço de diálogo que representa para o desenvolvimento local de Araçoiaba. “Temos poucas pessoas no conselho, aquelas poucas pessoas que participam, participam com orgulho e esperança de melhoramento. Então eu acho que existe um espírito que poder ser melhorado e, de todo jeito permanece e não desiste” (Entrevistado 06). E “os que estão com a gente estão trabalhando certo. Os poucos conselheiros fazem por aonde o conselho ir para frente” conclui o Entrevistado 03.

Para o Entrevistado 08, o conselho “é importante porque tem cobrado melhorias para Araçoiaba, para o povo e para os agricultores”. E finaliza o Entrevistado 07: “O conselho ainda continua existindo com todas as dificuldades. A gente ainda continua lutando [...] porque a esperança é a última que morre”.

4.6 Impressões sobre o sentido do CDMAR para o desenvolvimento

Observamos, nas respostas dos entrevistados, que eles percebem o CDMAR como uma possibilidade de arregimentarem-se em seu entorno e transformá-lo em instrumento de organização e luta em prol de melhorias. Percebemos esse sentimento na fala do Entrevistado 08, ao dizer que: “Vale a pena participar do conselho, porque é um instrumento de luta, que está querendo a melhora, não só do povo agricultor, mas de toda a comunidade de Araçoiaba” (Entrevistado 08). E continua o 7: “participar do conselho [...] é a união de todos. A gente tem que lutar para que haja união não só no município, mas no Estado e no país” (Entrevista 07).

Quando questionamos se, no conselho, são discutidas questões da agricultura familiar, o Entrevistado 09 se posicionou a esse respeito indicando que “[...] estamos lutando por uma grande causa, a agricultura familiar. Nunca tivemos isso aqui em Araçoiaba, algo dessa natureza [...] Esse conselho vem lutando com seus próprios recursos, lutando junto com sua diretoria”. Observamos nesse discurso, somada as observações constituídas no transcorrer da pesquisa, que a agricultura familiar é reconhecida como importante para o desenvolvimento rural pelos que constituem o CDMAR.

Também é recorrente o consenso entre os órgãos de Estado, sobre a importância da agricultura familiar enquanto setor estratégico para a economia brasileira. Contribui para essa percepção a promulgação da Lei nº 11.326 (2006), que institucionaliza a agricultura familiar, passando a ser reconhecida como importante setor produtivo para cultivar alimentos *in natura* e insumos para o setor industrial. Também torna-se notória a convergência de atenção que vem sendo direcionado para fortalecer a agricultura familiar através de ações do Estado, ao criar diversas políticas públicas específicas para a agricultura familiar, a exemplo o Pronaf, que destina linhas de financiamento em apoio para as atividades agropecuárias e não agropecuárias (ABROMOVAY, 2000; NAVARRO, 2010; SCHNEIDER, 2003).

Os dados a seguir, evidenciam a relevante importância da agricultura familiar. O MDA utiliza dados obtidos do censo Agropecuário 2006 (BRASIL/MDA, 2009), indicando que esse seguimento somam 4,3 milhões de estabelecimentos no Brasil, representando 84,4%, onde aproximadamente 50% ficam no Nordeste. Esses estabelecimentos rurais absorvem 74% da mão de obra – cerca de 12,3 milhões de

peças – e respondem por 32% do PIB das cadeias produtivas do agronegócio. A agricultura familiar é a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira, produzindo aproximadamente 70% dos alimentos da cesta básica. Sendo a principal fornecedora dos alimentos básicos da população brasileira, a agricultura familiar é responsável pelos cultivos de: 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz. Também apresenta um bom desempenho na produção de proteína animal, lançando no consumo direto 58% de leite, 50% de aves de corte, 59% de suínos e 30% de bovino de corte.

4.7 Impressões sobre a participação no cotidiano do CDMAR

Os discursos evidentes entre os entrevistados relacionados à participação no conselho demonstraram que há práticas contínuas e independentes da livre participação. Logo, esses processos envolvem momentos dialógicos, que resultam em trocas de experiências, proporcionando maior empoderamento dos envolvidos. “Dentro do conselho, eu tenho liberdade para falar, para expor qualquer assunto de interesse dos trabalhadores e agricultores familiares”, ponderou o Entrevistado 08. Confirmamos nossa impressão ao ouvir as falas a seguir:

É válido participar desse conselho porque é junto que discutimos as questões que são melhores para a gente. Também aqui aprendemos um com o outro, onde um sabe de uma coisa e outra não sabe, o que sabe passa para o outro, isso é positivo. Dessa forma a coisa anda, sem a participação é impossível a coisa andar (Entrevistado 01).

Eu participo do conselho porque ele apresenta uma forma democrática. No interno do conselho, não existe uma política precisa (pensamento político único) [...] seja conservador, seja progressista, seja católico ou evangélico todos têm o mesmo peso (Entrevistado 06).

[...], mesmo assim com pouca gente, mas eu ainda acredito que a gente ainda faz alguma coisa. Porque, no conselho, participa igreja, prefeitura, câmara dos vereadores, associações, o agricultor familiar e todas as pessoas que querem participar (Entrevistado 03).

“Participar do conselho é gratificante, não só do conselho, mas participar de qualquer entidade e lutar por uma causa dos menos favorecidos, acho que isso é gratificante para nós” (Entrevistado 10).

Os discursos acima enfatizam a ação e o efeito de tomar parte, compartilhar e intervir, fazendo menção ao exercício cidadão por meio da participação. Essas

práticas, amplamente evidenciadas nessas narrativas, indicam que o ato de participar em cooperação, de forma compromissada, os direciona a envolver-se nas decisões políticas de Araçoiaba. Isso aponta para práticas democráticas, que se caracterizam pela existência de liberdade de expressão e igualdade, podendo todos os cidadãos e cidadãs organizarem-se e participarem plenamente nas áreas política, econômica, social e ambiental.

CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, propusemo-nos a refletir sobre a relação entre a participação política e o desenvolvimento local. De forma mais específica, investigamos a participação popular dos agricultores e agricultoras familiares e demais públicos que se arregimentam em torno do Conselho de Desenvolvimento Rural do Município de Araçoiaba (CDMAR). Para tanto, procuramos compreender a dinâmica praticada no cotidiano desse conselho e os papéis que cada indivíduo, seja representante da sociedade civil ou do Estado, em especial o agricultor e agricultora familiares, desempenha nesse espaço enquanto campo de luta, que, em seu interior, se enfrentam conforme suas posições (BOURDIEU, 2010), cuja característica principal é a promoção da participação popular. Buscamos entender os sentidos que esse coletivo atribui à representação proporcionada pelo CDMAR aos seus membros, no contexto das políticas públicas destinadas ao desenvolvimento local.

Primeiramente constatamos, em vários momentos da investigação, seja nas conversas, observações de campo e nas entrevistas, que, no imaginário desse coletivo, o conselho tem como finalidade principal atuar como instância autônoma, de articulação e mobilização da sociedade civil em prol do bem comum; deve também ser uma estrutura imprescindível ao controle social dos programas, projetos produtivos e de forma ampla das políticas públicas. O CDMAR tem como uma de suas metas mais urgentes a serem alcançadas o envolvimento maior dos agricultores e agricultoras familiares e de toda a sociedade civil organizada.

O CDMAR deve também considerar, em suas discussões, articulações e intervenções, as inúmeras especificidades em que seus representados estão envolvidos, variando em diversas demandas; algumas delas: o fortalecimento da agricultura familiar, que vem sendo fragilizada, de forma constante e intensa, seja pela tradição cultural herdada desde as capitânicas hereditárias, quando só havia espaço e motivação financeira para a monocultura, aliada à forte influência do capitalismo moderno, que estabelece a venda da força de trabalho e o imediatismo econômico – vender dia de serviço e receber ao concluir a tarefa – como única forma de realização e caminho para o desenvolvimento.

A agricultura familiar desse município vem sendo exposta historicamente aos interesses do grande capital, em específico através da Usina São José, as terras

destinadas ao cultivo e reprodução social da agricultura familiar estão sendo adquiridas ou arrendadas para o avanço e a intensificação da monocultura da cana-de-açúcar, protagonizada pela usina já citada, com o uso da mão-de-obra remanescente da agricultura familiar e os demais.

Constatamos, nos discursos, denúncias de insuficiente acesso à água potável de forma contínua para toda a população; é algo recorrente nos fóruns que o CDMAR realiza. Considerando que o território de Araçoiaba encontra-se sobre um dos maiores mananciais de água potável da região, ao ponto de abastecer as cidades de Paulista e Olinda e municípios menores. Fato esse que não se justifica e não propicia o desenvolvimento local, já que esse recurso natural local não vem beneficiando a própria comunidade local.

Também foi possível perceber, tanto nas falas como em observação *in loco*, preocupações com a questão ambiental em consonância com indicação da Agenda 21. Considerando que município detém, em seu território, grande área com restinga de mata atlântica preservada e que, segundo os entrevistados, poderia ser utilizada de forma educativa e racional através do turismo ecológico, gerando emprego e renda. Poderia também se trabalhar a comunidade local sobre a importância da preservação ambiental, estabelecendo intervenção via políticas públicas destinadas às crianças e aos jovens, com atividades educativas através da criação de banco de sementes destinadas ao reflorestamento das nascentes e das matas ciliares, visando a preservar seus rios e nascente.

Observamos, nos discursos e no imaginário dos entrevistados, o sentimento de possuir diversos ativos naturais, que, por sua vez, não vêm sendo trabalhados em favor do desenvolvimento local. Algo que poderia contribuir na reversão da situação de atraso e exclusão social fortemente existente em Araçoiaba. Dados esses de fácil constatação a partir de estudos e pesquisa PNUD/IPEA relativas ao baixo desempenho no IDH, IDH-M e *Renda Per Capita*, impressões que foram fortemente observadas e citadas durante o momento investigativo.

Entendemos que, ao tempo em que se reconhece o específico, logo se busca envolver-se numa perspectiva de ampliar e consolidar a participação efetiva de todo o conjunto da sociedade civil. Dessa forma, a sociedade civil organizada no CDMAR passa a influenciar positivamente nas formulações e encaminhamentos de políticas públicas que visem a desenvolver o local articulado ao global. Porém constatamos que essa influência protagonizada pelo CDMAR é discreta ou quase

invisível, seja pelo baixo envolvimento ou pela reduzida mobilização e frágil organização. Segundo anotações realizadas durante a pesquisa, alega-se a conjuntura atual e, mais uma vez, o imediatismo, em que os sujeitos só atendem às convocações do conselho se houver algo instantâneo a receber. Por exemplo, para se decidir para onde vai uma política pública que já chegou. Nos demais momentos, esses sujeitos não comparecem para refletir, traçar estratégias, articular e se mobilizarem para alcançar algo. Segundo os relatos, essa tem sido a grande dificuldade enfrentada pelo conselho.

Em relação à participação política, a qual foi nossa intenção verificar, em especial a do agricultor e agricultora familiares, observamos certa passividade na participação desses trabalhadores, apesar de que vários trechos das entrevistas remetem à ampla ocorrência da participação ativa no cotidiano das relações no CDMAR. A participação passiva foi observada durante reunião ordinária, onde foi mantida a hegemonia, em certos momentos de alguns discursos, provavelmente em decorrência de desconhecimento do assunto tratado, o agricultor ou agricultora familiar não dialogou no momento oportuno. A esse silêncio, se somou a participação passiva, pelo controle e manipulação de quem conduzia o discurso, que se tornou hegemônico.

A grande maioria dos discursos indica a ocorrência cotidiana no CDMAR, da livre participação em seu espaço físico, assim como, e principalmente nas ideias subjetivas de forma livre e independente. Se a participação no CDAMR não tem sido indicada como problema central, o mesmo não se pode dizer do envolvimento dos membros desse conselho. Isso tem refletido em baixo comparecimento nas reuniões ordinárias, e conseqüentemente refletindo negativamente na mobilização, e no empoderamento entre os membros do Conselho. Entre outros aspectos; seria, até certo ponto, contraditório afirmar que a participação vai bem, porém os membros não comparecem para participar. Fechamos esse parágrafo defendendo a ideia central relativa à participação como ampla e livre. Conclusão essa percebida nos sentimentos largamente externados entre os poucos que comparecem nos fóruns do CDMAR, onde ambos foram entrevistados.

Outro aspecto que foi possível perceber e, ao mesmo tempo, é um desafio para o conselho, é o pouco domínio de conhecimento sobre as rotinas burocráticas comuns a esse tipo de instituição. Os desconhecimentos dessas competências, principalmente entre os agricultores e agricultoras conselheiros, impedem um rodízio

mais amplo entre os que presidem o CDMAR. Esse conselho completa, em 2013, oito anos de existência, e sua gestão tem sido alternada entre dois conselheiros, não havendo nenhum agricultor e agricultora familiares presidindo o CDMAR até a finalização desta pesquisa.

Destacamos que os espaços orgânicos, em cargos titulares no Conselho, não são preenchidos por agricultores e agricultoras familiares; esses atualmente ocupam os cargos de vice ou suplência. Intuímos que essa ausência de ampla rotatividade entre os que presidem esse órgão, em meio a outros motivos, poderá implicar o que o Entrevistado 09 denuncia: “Temos convidado os agricultores [...] mas falta credibilidade... O que falta é credibilidade [...] é que os agricultores não se sentem beneficiados”. Nessa perspectiva e considerando que o CDMAR representa associações urbanas e rurais, no entanto, as gestões que presidem o Conselho são de representações das associações urbanas.

Portanto, acreditamos que seriam necessários esforços na alternância da gestão do CDMAR. Dessa forma, vislumbramos alternativas como a adoção de iniciativas: começando pela formação visando à sucessão de forma contínua, contemplando todos os níveis e temas possíveis. Essa percepção foi confirmada com a narrativa do Entrevistado 06, indicando a necessidade de conhecer para intervir, e diz, “Araçoiaba precisa de uma abertura a mais para o conhecimento, começando pelos membros do conselho. Os membros precisam pegar mais informações” .

Houve narrativas que demonstraram que a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) oficial que atua em Araçoiaba, por meio do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), está dialogando com o Conselho. Nesses momentos dialógicos, são socializados conhecimentos técnicos que contribuem para o desenvolvimento local. Nas entrevistas 01, 03, e 07, há trechos que destacam algumas contribuições e outros citam políticas públicas de ATER, que vêm sendo encaminhadas para o Conselho através do IPA, destinadas à agricultura familiar.

As políticas públicas acima citadas atendem ao paradigma do desenvolvimento sustentável e, nessa área, segundo relatos, no ano de 2011, foram instalados seis Programas Agroecológicos Integrados Sustentáveis (PAIS). Nesse contexto, fica evidente, nos depoimentos, que a ATER vem contribuindo para o desenvolvimento local, ao proporcionar orientação para a produção baseada nos princípios agroecológicos, que contemplam o desenvolvimento social econômico, consciência ambiental e a segurança alimentar entre os agricultores e agricultoras

familiares. A fala a seguir autentica a impressão: “Depois que Dionísio (técnico do IPA) entrou no conselho, passamos a ter debate sobre essas coisas de agricultura familiar. Dionísio vem nos ajudando nessa parte, que antes era só essa coisa de projeto” (entrevista 03). E conclui o Entrevistado 01: “Aqui temos também a ajuda do técnico do IPA, que sempre incentiva a gente”.

Concluimos este trabalho com a impressão de que o objetivo principal adotado pelo CDMAR, na verdade, é estimular a organização e movimentação social. Nesse sentido, percebemos que o CDMAR torna-se estratégico, através do uso de métodos participativos no exercício da cidadania. Apesar de tímidas, intuímos que o CDMAR proporciona articulações e interações sociais entre a sociedade civil organizada e os representantes do poder público (Municipal, Estadual e Federal), onde todas as partes passam a diagnosticar necessidades em conformidade com a realidade existente, resultando em intervenções com maior eficácia. O exercício cidadão vivenciado nos CDMAR proporciona integrações que convergem esforços para a implementação, em alguns poucos casos, e avança em outros, a exemplo, na conscientização de que essa instância participativa e democrática é importante e necessária no longo caminho para se chegar ao pleno desenvolvimento local.

A experiência vivenciada nesse processo investigativo indica que o CDMAR trilha um caminho promissor, devendo atentar para alguns ajustes necessários para os novos percursos. Na medida em que fortalece os movimentos populares e sociais, seja da agricultura familiar ou dos movimentos comunitários urbanos, se arregimenta, incorporando mobilidade através da participação política ativa e, conseqüentemente, avançará com mais vigor nesse novo paradigma de desenvolvimento que prioriza o local.

O processo investigativo se constitui em momentos intensos de apreensão de novos conhecimentos, porém temos pleno entendimento de que não conseguimos traduzir, nestes escritos, toda a riqueza contida nos conteúdos coletados, oriundos das entrevistas individuais semiestruturadas e anotações oportunizadas durante todo o processo investigativo.

Após todas essas discussões e conclusões oportunizadas neste estudo, esperamos contribuir para ampliar o entendimento sobre algumas temáticas aqui aprofundadas e que interferem no desenvolvimento local: primeiro a participação cidadã plena, fundamentada na concepção democrática que impulsiona a criação de

novas realidades sociais com igualdade em todos os sentidos; a segunda é a agricultura familiar, principal fornecedora de alimentos indispensáveis à humanidade, sendo também promotora da justiça social no meio rural; além disso, pauta-se pelos ideais contrários ao da acumulação capitalista, essa principal oponente do desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura, diferenciação social e desempenho econômico**. Texto apresentado no seminário Desafios da Pobreza no Brasil, Rio de Janeiro, 30-31 de maio de 2000.
- _____. **Agricultura familiar e uso do solo**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 11, n.2, p. 73-78, 1997.
- _____. Conselhos além dos limites. **Revista estudos avançados**, São Paulo, v.15, n. 43, set/dez. 2001.
- _____. **O futuro das regiões rurais**. 2.ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. 149.
- _____; VEIGA, José Eli da. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília: IPEA, 1998.
- ALTAFIN, Iara Guimarães. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2007. Disponível em: <<http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf>> acesso em 27 de abril 2012.
- AMUPE. Associação municipalista de Pernambuco. **História de Araçoiaba**. Disponível em: <<http://www.amupe.org>>. Acesso em 03 de dezembro de 2012.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **O povo e o poder**. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1991.
- ARAÇOIBA. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 234**, de 12 de janeiro de 2011. Institui a lei orçamentária fiscal e de seguridade social para o exercício de 2011 do município de Araçoiaba. Disponível em: <http://www.aracoiba.pe.gov.br/novo_site/atos_oficiais/leis/2011/20110509112041.pdf>. Acesso em 09 de junho de 2012.
- _____. Prefeitura Municipal. **Site oficial**. 2012. Disponível em: <http://www.aracoiba.pe.gov.br/novo_site/index.php>. Acesso em 12 de julho de 2012.
- BANCO DO BRASIL. **Agenda 21**. [200-]. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/sitesp/sustentabilidade/dwn/Agenda21.pdf>>. Acesso em 24 de maio de 2012.
- BANCO PALMAS. Um sistema integrado de crédito, produção, comércio, consumo e felicidade humana. Disponível em: <<http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/secao/2581>> acesso em 18 de abril de 2012.

BARONE, Francisco Marcelo; SADER, Emir. Acesso ao Crédito no Brasil. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 42, n.6, Nov./Dez. 2008. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122008000600012>> Acesso em 18 de abril de 2012.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. Caderno dívida externa, n. 6. 2ª Ed. São Paulo: PEDEX, 1994.

BEER, Max. **História do socialismo e das lutas sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BENINI, Édi Augusto. [et al] (Org.). **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

_____. **Sistema orgânico do trabalho: arquitetura crítica e possibilidades**. São Paulo: Ícone, 2012.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução: Carmem C. Varriale. [et al.]. 11. ed. Brasília: Ed. UNB, 1998.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A. 1989.

_____. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. 10. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

BRASIL. Constituição (1988).; ABREU FILHO, Nelson Paim de (Org.). **Constituição federal: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2006.

BRASIL. Lei nº 3.508, de 14 de junho de 2000. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS, e dá outras providências. **Diário oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 15 de junho. 2000.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares. **Diário oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 25 de julho. 2006.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e na Reforma Agrária – PRONATER e dá outras providências. **Diário oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 12 de janeiro. 2010.

BRASIL. MARE - Ministério da Administração e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Câmara da Reforma do Estado, Brasília: MARE, 1995.

BRASIL. MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006**. Brasília: MDA/SAF, 2009. Revista. Disponível em <http://www.mda.gov.br/portal/publicacoes>. Acesso em: 02 de agosto de 2011.

BRASIL. MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Cartilha da política nacional de assistência técnica e extensão rural**. Brasília: MDA, 2007.

BRASIL. MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Política nacional de assistência técnica e extensão rural**. Brasília: MDA, 2004. Versão final.

BRASIL. MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Legislação** (manual de crédito rural). 2010 a. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2259166>>. Acesso em 12 de setembro de 2012.

BRASIL. MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Reordenamento Agrário. **Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF** (Manual de operações). Brasília: MDA, 2010 b.

BRASIL. MMA - Ministério do Meio Ambiente. **A Agenda 21 e os objetivos do milênio**: as oportunidades para o nível local. Cadernos de debates agenda 21 e sustentabilidade, nº 7. Brasília: MMA, 2005.

BRASIL. MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Global**. 1992. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>> Acesso em 18 de maio 2012.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A Reforma do estado dos anos 90**: lógica e mecanismos de controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. 58 p. (Cadernos MARE da reforma do Estado: v. 1) <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB_Seges_Mare_caderno01.PDF> Acesso em 12 de junho de 2012.

_____. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. **Reforma do Estado para a cidadania**: A reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional, São Paulo: Ed. 34, 1998.

_____. & GRAU, Nuria Cunill. (org.). **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BUARQUE, Cristovam. **O que é participação social**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. TAUKE SANTOS, Maria Salett. Estratégias governamentais de comunicação para o associativismo e desenvolvimento local. In: TAUKE SANTOS, Maria Salett. CALLOU, Angelo Brás Fernandes. (Org.). **Associativismo e desenvolvimento local**. Recife: Bagaço, 2006.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Extensão rural**: polissemia e memória. Recife: Bagaço, 2007.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes . O ensino da extensão pesqueira no Brasil: desafios atuais. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de (Org.). **Extensão rural e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Recife: Bagaço, 2005.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Francisco Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Jaguariúna, São Paulo: Embrapa Meio Ambiente, 2000.

CARVALHO, Jose Murilo. **A Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAVALCANTI, Clóvis. (Org.) **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro 1994a. p. 262. Disponível: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rt>> Acesso em 3 de maio 2012.

_____. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org.) **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro 1994b. p. 262. Disponível: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rt>> Acesso em 17 de maio 2012.

CGU - Controladoria Geral da União. **Desenvolvimento agrário: Orientações para o acompanhamento dos programas de desenvolvimento agrário**. 2.ed. Brasília: 2010. (coleção Olho vivo).

DAGNINO, Evelina. (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DEMO, Pedro. **Participação e conquista: Noções de política social participativa**. 4. ed. São Paulo: Autores associados, 1999.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FRANCO, Augusto de. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. 2. ed. Brasília: Instituto de política, 2000.

FREY, Klaus. A dimensão político democrático nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Rev. Ambiente e Sociedade**. Campinas, Vol. 4 Nº. 9. p.115-148. 2001.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GADOTTI, Moacir. Educação para e pela cidadania. In: RATTNER, Henrique (Org.). **Brasil no limiar do século XXI: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável**. São Paulo: EDUSP, 2000.

GASPAR, Lúcia. **Ligas Camponesas**. Pesquisa Escolar Online. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 20 novembro de 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 1. ed. São Paulo: Loyola, 1997.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Populacional 2011**. julho de 2011. Disponível: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2011/POP2011_DOU.pdf> Acesso em 15 de junho de 2012.

JACOBI, Pedro Roberto. Meio ambiente e sustentabilidade. In: CEPAM. (Org.). **O Município no século XXI**. São Paulo: CEPAM, 1999, v., p. 175-184.

JESUS, Paulo de. Desenvolvimento Local. In: CATTANI, David. (Org.) **A outra economia**. Porto Alegre, Ed. Veraz, 2003.

_____. Sobre desenvolvimento local e sustentável: Algumas considerações conceituais e suas implicações em projetos de pesquisa. In: MACIEL FILHO, Adalberto do Rego; PEDROSA, Ivo Vasconcelos; ASSUNÇÃO, Luiz Márcio de Oliveira (Org.). **Gestão do desenvolvimento Local**. Recife: EDUPE, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LAVILLE, Christian. DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: UFMG, 1999.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade racionalidade, complexidade, poder**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

LIMA, Irenilda de Souza; JESUS, Paulo de. A pesquisa na prática de extensão rural para o desenvolvimento sustentável: alguns fundamentos epistemológicos. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antonio Bezerra (Org.). **Extensão rural, desafios de novos tempos: Agroecologia e sustentabilidade**. Recife: Bagaço, 2006.

LIMA, Jorge Roberto Tavares de (Org.). [et. al.]. **Extensão rural e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Recife: Bagaço, 2005.

LIMA, Jorge Roberto Tavares de ; FIGUEIREDO, Marcos Antonio Bezerra. A extensão rural e o desenvolvimento local. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de (Org.). **Extensão rural e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Recife: Bagaço, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTORANO, Luciano Cavini. **Conselhos e Democracia**: em busca da participação e da socialização. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MASCARENHAS, João de Castro. et al. (Org.). **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea**: Diagnostico do município de Araçoiaba, Estado de Pernambuco. Recife: MME / CPRM / PRODEEM, 2005.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso**: historia e pratica. Tradução Marcos Marcílio. São Paulo: Parábola editorial, 2007.

MEADOWS, Donella H.; Clube de Roma. **Limites do crescimento**: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

MILANEZ, Francisco. Desenvolvimento Sustentável. In. CATTANI, David. (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre, Ed. Veraz, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

NAVARRO, Zander. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, José Garcia; FILHO, Eustáqui Ribeiro Vieira; NAVARRO, Zander. (Org.). **A agricultura brasileira**: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília – DF: IPEA, 2010.

NOVAES, W. (Coord.); RIBAS, O.: NOVAES, P. da C. **Agenda 21 Brasileira**; Bases para discussão. Brasília: MMA/PNUD, 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PERUZZO, Cicilia M. Kroling. Comunicação popular participativa. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo. (Org.). **Temas contemporâneos em comunicação**. São Paulo: EDICON - INTERCOM, 1997.

PETERSON, Paulo; ROMANO, Jorge O. (Org.). **Abordagem participativa para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid – Brasil, 1999.

PIRES. Maria Luiza Lins e Silva. A (re)significação da extensão rural a partir da ótica da inclusão: a via cooperativa em debate. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de (Org.). **Extensão rural e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Recife: Bagaço, 2005.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife**, 2005. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Atlas.aspx?view=atlasrecife>> acesso em 10 de agosto 2012.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Ranking de IDH dos municípios do Brasil**, 2000. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_Municipios_Brasil_2000.aspx> acesso em 14 de Agosto de 2012.

RATTNER, Henrique (Org.). **Brasil no limiar do século XXI: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável**. São Paulo: EDUSP, 2000.

REIS, Jorge Renato dos; LEAL, Rogério Gesta (Org.). **Direitos sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

RELATÓRIO BRUNDTLANDT. **Nosso Futuro Comum - Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento**. 2 ed. Rio de Janeiro: editora da fundação Getulio Vargas, 1991. 430p. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>> Acesso em 21 de maio 2012.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa Acadêmica: como facilitar o processo de preparação de suas etapas**. São Paulo: ATLAS S.A., 2007.

SAWAIA, Bader. (Org.). **As artimanhas da exclusão - análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SCHMIDT, João Pedro. Para entender as políticas públicas: Aspectos conceituais e metodológicos. In: REIS, Jorge Renato dos; LEAL, Rogério Gesta (Org). **Direitos sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2009.

_____. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**. Vol.18 Nº. 51. São Paulo. Fevereiro, 2003.

_____. SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SILVA, José Francisco Graziano da. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas, São Paulo: UNICAMP/ Instituto de Economia, 2002.

SILVEIRA, Caio Márcio. REIS, Liliane da Costa (Org.). **Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias**. Rio de Janeiro: RITS – rede de Informação, (2000).

SOUSA SANTOS, Boaventura de. (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

_____. (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Bom tempo, 2007.

_____. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005b.

_____; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

SZYMANSKI, Heloisa (Org.), ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. 3ª ed. Brasília: Ed. Liber Livro, 2010.

TAUK SANTOS, Maria Salett. Estratégia de comunicação para o desenvolvimento local e os desafios da sustentabilidade. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de (Org.). **Extensão rural e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Recife: Bagaço, 2005.

_____; CALLOU, Angelo Brás Fernandes. (Org.). **Associativismo e desenvolvimento local**. Recife: Bagaço, 2006.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: Epistemologia e metodologia operativa**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VEIGA, José Eli da. **Cidade Imaginárias: o Brasil é menos Urbano do que se calcula**. 2. Ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

_____. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Exclusão social – um problema brasileiro de 500 anos. In: SAWAIA, Bader. (Org.). **As artimanhas da exclusão - análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

XIBERRAS, Martine. As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

ZAPATA, Tânia. et al. Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos. In: SILVEIRA, Caio Márcio. REIS, Liliâne da Costa. (Org.) **Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias**. Rio de Janeiro: RITS – rede de Informação, 2000.

Teses e Dissertações:

ALLES, Jair Miguel. **Políticas públicas, conselhos municipais e agricultura familiar:** representações sobre o rural em Rocas Sales/RS e a emergência da noção de multifuncionalidade da agricultura. 2005. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento rural) - Faculdade de ciências econômica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. RS, 2005. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/6752>> Acesso em 28-09-2012

CARNEIRO, Sonia Quintela. **Agricultura familiar, agroecologia, desenvolvimento local e participação da mulher:** um estudo junto ao espaço agroecológico no bairro das Graças no Recife. Dissertação (Mestrado em extensão rural e desenvolvimento local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2007.

FREIRE, Roberto de Barros. **Participação política como exercício da cidadania.** 2007. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-01112007-154422/>>. Acesso em: 28-09-2012.

LAURENTINO, Auta Luciana. **A rede construída por nós:** novas ruralidades e cotidiano em Barra do Riachão, Pernambuco. Dissertação (Mestrado em extensão rural e desenvolvimento local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2011.

LIMA, Sandra Aparecida Kitakawa. **Agricultura familiar, sustentabilidade e desenvolvimento:** Um estudo sobre os avanços, dilemas e perspectiva da UNAIC _União das associações comunitária do interior de Canguçu /RS. 2009. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento rural) - Faculdade de ciências econômica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. RS, 2009. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/18320>> em 28-09-2012

LIRA, Juliana Couto Fazio de Albuquerque. **Reconfiguração identitária de jovens rurais como estratégia de inclusão social:** a experiência dos agentes de desenvolvimento da comunicação na microrregião da Bacia do Goitá – PE. Dissertação (Mestrado em extensão rural e desenvolvimento local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2011.

PERRUCI, Arthur Emílio da Costa. **Extensão pesqueira, desenvolvimento local e participação popular:** estudo de recepção do programa de combate à pobreza rural pelos pescadores familiares de Tejucupapo, Goiana – Pernambuco. Dissertação (Mestrado em extensão rural e desenvolvimento local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2007.

SARAIVA, Rosa Maria. **Política pública e extensão pesqueira para o desenvolvimento local**: estudo das estratégias de comunicação dos projetos Renascer (PCPRII) e Promata (Peixe de rede) nas comunidades de Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo, Goiana – Pernambuco. Dissertação (Mestrado em extensão rural e desenvolvimento local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2008.

SILVA, Ana Paula Gomes da. **Agenda 21 e política nacional de assistência técnica e extensão rural**: caminhos cruzados na construção do desenvolvimento sustentável de Igarassu – Pernambuco. Dissertação (Mestrado em extensão rural e desenvolvimento local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2009.

SILVA, Etienne Amorim Albino da. **Gênero e desenvolvimento local**: a participação das mulheres na associação dos Pescadores e Moradores na comunidade de Ver-o-Mar. Dissertação (Mestrado em extensão rural e desenvolvimento local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2007.

SILVA, Marcilio José da. **As ações educativas de uma Associação de Mulheres como vetor para o desenvolvimento local**. Dissertação (Mestrado em extensão rural e desenvolvimento local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2008.

VENDRAMINI, Paula Raquel da Rocha Jorge. **A participação em conselhos como instrumento de gestão municipal**. 2010. Tese (Doutorado em Saúde Ambiental) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-22112010-120540/>>. Acesso em: 28-09-2012.

XAVIER, André Luiz da Silva. **Políticas públicas para o desenvolvimento local**: a recepção popular da proposta do mercadão do Cabo de Santo Agostinho – PE. Dissertação (Mestrado em extensão rural e desenvolvimento local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2006.

APÊNDICE - A**Roteiro para entrevista semi-estrutura****Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE****Departamento de Educação****Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local****Roteiro para entrevista semi-estrutura**

Para agricultores familiares participantes do
Conselho de Desenvolvimento Rural do Município de Araçoiaba - CDMAR

Mestrando: Gildo Ribeiro de Santana**Orientadora:** Prof^a. Dra. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida**1 – Identificação do entrevistado**

- Nome completo, apelido²⁰ e idade;
- Associação que representa;
- Estado civil;
- Filhos, quantos são;
- Endereço;
- Contato (CEP, telefone, e-mail);
- Tempo que reside no município;
- Origem e nacionalidade;
- Escolaridade;
- Profissão;
- Principal ocupação;

2 – Conhecimento da unidade rural familiar

- Área total;

²⁰ Denominado por qualidade ou característica peculiar de cada indivíduo, prática comum no meio rural.

- Há nascentes ou rios;
- Há restinga de mata atlântica nas proximidades da unidade familiar rural;
- Há área reservada de preservação permanente de mata nativa na unidade familiar;
- Desenvolve alguma atividade pecuária;
- Quais tipos de lavoura existem na unidade familiar rural;
- Tipo predominante de lavoura cultivada e qual área média;
- Faz ou fez uso de adubos e defensivos químicos (veneno);
- Conhece e utiliza adubos e defensivos orgânicos... Quais;

3 – O conselho e a participação política dos agricultores familiares

- Qual significado do CDMAR para o agricultor familiar;
- Qual a vantagem de ter o CDMAR implantado no município;
- Qual cargo e atividades que você desempenha no CDMAR;
- Quais mecanismos que o CDMAR utiliza para decidir sobre questões em que não há consenso entre os membros do conselho;
- Durante as reuniões do CDMAR você participa efetivamente apresentando sugestões;
- Suas sugestões expostas na reunião do CDMAR são acatadas;
- Sobre diversas sugestões que surgem no CDMAR, quais procedimentos são adotados para lhes tornarem realidade;
- Como se processam as negociações entre os membros do CDMAR, relativas às prioridades e direcionamento das políticas públicas para o desenvolvimento local;
- Como são acompanhadas as execuções das políticas públicas para o desenvolvimento local que o CDMAR encaminha;
- Ressalte pontos positivos e negativos sobre o funcionamento do CDMAR;
- Os processos de discussão e encaminhamentos sobre políticas pública ocorridas no CDMAR permitem a participação de forma independente;
- Quais suas expectativas sobre o CDMAR? É válido participar nesse conselho.

APÊNDICE - B**Roteiro para levantamento de Informação sobre o CDMAR**

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Departamento de Educação

Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local

Roteiro para levantamento de Informação sobre o CMDRS de Araçoiaba

1ª) Ano de fundação: _____ / _____ / _____

2ª) Endereço: _____

3ª) Sede: () própria () aluga () outros: _____

4ª) Contatos: _____

5ª) Dia da reunião ordinária: _____

6ª) Número total de conselheiro: _____ distribuído da seguinte forma:

_____ Agricultor familiar;

_____ Representes do executivo municipal;

_____ Representes do executivo Estadual;

_____ Representes de organizações sindicais;

_____ Outro, especificar _____

7ª) A presidência do CMDRS é ocupada por agricultor familiar ? () sim () não

8ª) A vice-presidência do CMDRS é ocupada por agricultor familiar ? () sim () não

9ª) Os agricultores familiares ocupam quais secretarias no CMDRS? _____

10ª) Averiguar as políticas públicas implementadas recentemente com foco para o desenvolvimento local acompanhadas pelo CMDRS.

11ª) Como é realizado o monitoramento das políticas públicas que foram encaminhadas através do CMDRS?

APÊNDICE - C

Termo de consentimento de entrevista



Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
Departamento de Educação
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Projeto de Pesquisa: Agricultura familiar, participação política e desenvolvimento local.

Pesquisador responsável: Gildo Ribeiro de Santana

Orientadora: Professora Dra Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida

O presente projeto foi executado pelo pesquisador Gildo Ribeiro de Santana do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local - POSMEX / UFRPE e realizado por meio de entrevistas gravadas em áudio, como também houve observações em torno das atividades de trabalho dos participantes. As entrevistas foram realizadas com agricultores familiares do município de Araçoiaba – PE, que participam do Conselho de Desenvolvimento Rural do Município de Araçoiaba (CDMAR). Algumas perguntas foram feitas para respostas mais diretas e outras permitiram maior liberdade ao entrevistado para dizer o que desejasse. Essas entrevistas foram gravadas com a autorização dos entrevistados e realizadas em datas e horários convenientes para os participantes do estudo. Durante as observações das atividades de trabalho, alguns dados foram anotados com a permissão do participante, e ele poderá pedir que qualquer informação seja retirada. Eu, _____, RG _____, autorizo o pesquisador Gildo Ribeiro de Santana a incluir minha entrevista e imagem como elemento de análise e estudo. Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito. Estou ciente da utilização dos conteúdos das entrevistas, assim como de imagens. Como também afirmo ter recebido uma cópia deste termo.

Araçoiaba, _____ de _____ de 2012.

Assinatura do participante: _____.

Assinatura do pesquisador: _____.

APÊNDICE - D



Figuras 3 e 4: Reunião ordinária do CDMAR – Local: sede do STR.
Foto: Gildo Ribeiro



Figuras 5 e 6: Vila Itapipiré e a sede da associação dos moradores.
Foto: Gildo Ribeiro



Figuras 7 e 8: Engenho Vinagre – sede Associação dos Produtores de Urucum e Outras Culturas de Araçoiaba - APUOCA.
Foto: Gildo Ribeiro



Figuras 9 e 10: Centro urbano e a proximidade do cultivo da monocultura da cana-de-açúcar.
Foto: Gildo Ribeiro



Figuras 11 e 12: Vila Canaã destino dos três primeiros projetos após implantação do CDMAR.
Foto: Gildo Ribeiro



Figuras 12 e 13: Cooperativa - agroindústria de doce (desativada), localizada na vila Canaã. Local de origem do Movimento Social que reivindicou a implantação do CDMAR em Araçoiaba
Foto: Gildo Ribeiro



Figuras 14: Monocultura da cana-de-açúcar X Reserva de restinga de mata-atlântica.
Foto: Gildo Ribeiro



Figuras 15: Colheita da cana-de-açúcar em Araçoiaba.
Foto: Gildo Ribeiro



Figuras 16: Fachada da Usina São José, principal responsável pelo cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar em Araçoiaba.
Foto: Gildo Ribeiro